

Universidade Católica de Goiás  
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia  
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural

*Lavras do Abade:  
Estratégias de Gestão para o Patrimônio  
Arqueológico Histórico  
em Pirenópolis, Goiás.*

*Diogo Menezes Costa*

*Goiânia, Novembro de 2003*

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**Lavras do Abade:**  
**Estratégias de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico**  
**em Pirenópolis, Goiás.**

**Diogo Menezes Costa**

**Orientador: Dr. Emílio Fogaça**

**Projeto de Gestão**  
**Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural**

*Área de Concentração: Arqueologia*

**GOIÂNIA**

**2003**

**À Dona Rode,  
pelo seu exemplo e incentivo**

## **Agradecimentos**

A minha família, minha avó Rode, minha mãe Jane, meu irmão Eduardo, minha tia Léa, minha tia Gina e meu tio Valgeam que sempre estiveram presentes física ou emocionalmente dando o apoio necessário na concretização deste e de outros projetos.

Ao meu professor, orientador e amigo Emílio Fogaça que foi de suma importância na condução da minha formação e na elaboração deste plano de gestão.

Aos arqueólogos Fernanda Tocchetto e Sérgio Leite pelos primeiros ensinamentos e por serem espelhos para minhas ações.

Aos professores do Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural: Manuel Lima Filho, Roque Laraia, Célia Corcino, Maira Barbieri, Klaas Woortmann, Luis Eduardo Jorge e outros pelo compartilhar de conhecimentos através dos semestres.

Aos colegas gestores: Divaldo Sampaio, Maurício Lopes, Tiziano Chiarotti, Cristine Mahler, Mara Jardim, Uliana Alves e Simone Webe pela parceria durante o curso.

Aos colegas do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia: Paulo Jobim, Sibebe Viana, Mariza Barbosa, Jésus Marco de Ataídes, Marcos Torres, Luis Cláudio Symanski, Eliane Lopes, Rosângela Silva, Laís Machado, Dulce Pedroso, Paulo César Mendonça e outros que acolheram e ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

Aos estagiários Fernando Santos, Sérgio Almeida e Lorena Garcia pelo acompanhamento e participação nos projetos.

Ao empreendedor e idealista Tasso Marquez pela oportunidade e confiança.

A Renata de Godoy pelo companheirismo e cumplicidade destes e de outros momentos.

E a todos que direta ou indiretamente ajudaram na elaboração deste trabalho, meu muito obrigado.

*“Por fim, a arqueologia incomoda, porque cria património colectivo onde interesses de curto prazo apenas querem ver espaços para “projectos de desenvolvimento.” (JORGE, 2000:136)*

## Sumário

<b>01.</b>	Introdução	Pg. 10
<b>02.</b>	Referencial Teórico	Pg. 13
<b>2.1</b>	Preceitos para o entendimento de um “Patrimônio”	Pg. 13
<b>2.2</b>	Preceitos para o entendimento de uma “Arqueologia”	Pg. 17
<b>2.3</b>	Limites interpretativos na Arqueologia	Pg. 27
<b>2.2</b>	Regularidades na Arqueologia Histórica	Pg. 35
<b>2.3</b>	A construção do Patrimônio Arqueológico	Pg. 41
<b>03.</b>	Justificativa	Pg. 47
<b>3.1</b>	Uma Breve Revisão Historiográfica da Mineração	Pg. 48
<b>3.2</b>	Opulência e/ou Decadência no Brasil Central ?	Pg. 50
<b>3.3</b>	Meia Ponte e as <i>Lavras do Abade</i>	Pg. 55
<b>04.</b>	Objetivos	Pg. 62
<b>4.1</b>	Objetivo Geral	Pg. 62
<b>4.2</b>	Objetivos Específicos	Pg. 62
<b>05.</b>	Metodologia	Pg. 63
<b>5.1</b>	Cultura material das <i>Lavras do Abade</i>	Pg. 63
<b>5.2</b>	Metodologia para Atividades de Campo	Pg. 65
<b>5.3</b>	Metodologia para Atividades de Laboratório	Pg. 68
<b>06.</b>	Programação	Pg. 73
<b>07.</b>	Instituição Executora e equipe técnica	Pg. 74
<b>08.</b>	Orçamento	Pg. 75
<b>09.</b>	Cronograma de atividades	Pg. 79
<b>10.</b>	Cronograma de desembolso	Pg. 80
<b>11.</b>	Recursos	Pg. 81
<b>12.</b>	Avaliação e Controle	Pg. 81
<b>13.</b>	Referencias Bibliográficas e Iconográficas	Pg. 82
<b>14.</b>	Anexos	Pg. 89

## Lista de Figuras

<b>01.</b>	Mapas de localização do sítio	Pg. 89
<b>02.</b>	Planta do sítio arqueológico histórico <i>Lavras do Abade</i>	Pg. 90
<b>03.</b>	Planta do sítio <i>Lavras do Abade</i> – em 1883	Pg. 91
<b>04.</b>	Planta do sítio <i>Lavras do Abade</i> – em 2003	Pg. 92
<b>05.</b>	Prancha de fotos – 2003	Pg. 93
<b>06.</b>	Prancha de fotos – 1883	Pg. 94

## **Lista de Tabelas**

<b>01.</b>	Material Permanente	Pg. 75
<b>02.</b>	Material de Consumo	Pg. 75
<b>03.</b>	Deslocamento e Estadias	Pg. 77
<b>04.</b>	Pagamento de Pessoal	Pg. 77
<b>4.1.</b>	Pagamento de Pessoal – Encargos	Pg. 78
<b>05.</b>	Serviço de Terceiros	Pg. 78
<b>06.</b>	Pagamento Institucional	Pg. 78
<b>09.</b>	Cronograma de Atividades	Pg. 79
<b>10.</b>	Cronograma de Desembolso	Pg. 80

## Resumo

O projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás*, é um plano de atividades que visa a valorização, resguardo, manutenção e pesquisa dos elementos arqueológicos, assim como a adequação para o uso museológico e turístico deste patrimônio cultural. Com a elaboração e aplicação de um programa administrativo e um conjunto de procedimentos para a criação no local de um parque cultural.

## Abstract

The project *Lavras do Abade: strategies of management for the historical archaeological patrimony in Pirenópolis, Goiás*, it is a plan of activities that aims at the valuation, defense, maintenance and research of the archaeological elements, as well as the adequacy for the museum and tourist use of this cultural patrimony. With the elaboration and application of one it programs administrative and a set of procedures for the creation in the place of a cultural park.

## 01. Introdução

As *Lavras do Abade* são um sítio arqueológico histórico formado pelos remanescentes da atividade mineira aurífera realizada durante o final do século XIX na serra dos Pirineus, estado de Goiás, Brasil. (figura 01)

O projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás* é um plano de atividades que tem por meta propor estratégias e ações de uso para o sítio, que visem minimizar os impactos turísticos na área, a formalização de roteiros de musealização do local e estabelecer condições para uma exploração científica aprofundada.

Temos que ter em vista que a gestão de um bem arqueológico não encerra-se somente na estatização do mesmo, ou como usualmente feito, nos simples e automatizados empreendimentos de “resgate de um sítio”. E sim, em um processo de imposição de planejamentos conscientes através de estratégias e ações previamente formuladas e que possuem um objetivo claro e definido para uso e resguardo do patrimônio.

Assim os referenciais culturais relacionados ao sítio podem ser caracterizados nas seguintes formas: (1) *elementos arqueológicos* – que estão consolidados através dos vestígios e das estruturas remanescentes na área, (2) *elementos museológicos* – expostos nas diversas fontes escritas, iconográficas e orais, primárias ou secundárias, sobre a história do lugar e (3) *elementos turísticos* – representados através dos recursos naturais e culturais identificados e associados a paisagem do sítio.

O sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* possui um potencial de enorme singularidade e excepcionalidade. Apresentando uma série de características próprias e inerentes como: a época em que foi implantado, o objetivo do empreendimento, os recursos mobilizados, a efemeridade da ocupação, o tipo de relação com os arraiais do entorno, o fim trágico da vila, o personalismo de seus ocupantes, as atividades desenvolvidas interna e externamente, a riqueza dos vestígios, o estado de preservação e o grau de informação do monumento.

O texto divide-se em três partes, na primeira apresentamos os referenciais teóricos utilizados para a elaboração do plano, em seguida a justificativa empregada para validar as propostas e por fim a metodologia desenvolvida para aplicação do projeto.

Como orientação teórica deste plano de gestão, propõe-se necessidade de uma idéia explícita do que vem a ser tanto o patrimônio quanto arqueologia e como estes dois universos podem ser geridos em um monumento tal como o sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*. Para isso, o referencial teórico utilizado perpassa pelo princípio que o patrimônio arqueológico é um produto dos vestígios pesquisados somado à valores atribuídos pelos arqueólogos. E pelo processo que compreende os limites interpretativos da cultura material, em combinação com as regularidades encontradas na arqueologia histórica.

A gestão do sítio é justificada primeiro devido ao papel que as *Lavras do Abade* representam para a história da região. Contendor de transformações ocorridas não só na cidade mas no próprio estado, a história da mineração, assim como das lavras, funde-se com a formação de Goiás e do Brasil. O estudo pretendido sobre transformações ocorridas no período correspondente ao final do século XIX e início do século XX apresenta-se portanto como espaço fertilíssimo para contraponto e construção da historiografia regional.

Em segundo, o sítio destaca-se por agregar em um mesmo local diferentes vestígios arqueológicos que, com o uso museológico e turístico, podem representar um importante veículo de divulgação cultural e ambiental. Consolidando-se também, como instrumento de valorização e promoção social e econômica para a região, e principalmente como elementos de estudo para a arqueologia histórica no estado e no país.

E em terceiro porque a pesquisa proposta sobre o patrimônio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* é uma forma de reencontrar os indicadores presentes nas práticas cotidianas dos ocupantes desta área. Revelando, através da pesquisa da cultura material, os indivíduos que no seu labor ou vivência construíram o patrimônio ali consolidado.

Na metodologia, as estratégias de gestão são apresentadas em ações articuladas que primam pela identificação e caracterização dos referenciais culturais, como também sua pesquisa, análise e integração para a posterior seleção, intervenção e adequação dos elementos, através de uma série de procedimentos que obedecem uma padronização de etapas, desde a exumação em campo até as atividades desenvolvidas em laboratório, conduzidas de forma coesa e explícita.

Como resultado, o projeto oferece a elaboração de propostas de adequação, proteção, gerenciamento e estudo dos elementos arqueológicos, assim como a formulação de programas de manejo museológico e turístico. Partimos do princípio de que o plano de atividades pretendido não encerra de forma alguma o entendimento sobre o sítio, mas que pode ser uma maneira de minimizar impactos, formular planejamentos, criar estratégias e conduzir ações de aproveitamento e estudo do mesmo.

Assim o patrimônio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* torna-se palco de um ensaio que prima pela necessidade de uma responsabilidade científica, social, econômica e política sobre o seu gerenciamento. A pretensão da criação no local de um parque cultural, implica na fusão de elementos: *arqueológicos* – pois os vestígios são indissociados do meio; *históricos* – pois a cultura material é a concretude das idéias; *naturais* – pois a paisagem é uma combinação de valores, e para os quais, a devida preservação está intimamente associada ao seu uso coletivo, através de um programa articulado, racional e consciente de estudo.

## 02. Referencial Teórico

### 2.1 Preceitos para o entendimento de um “Patrimônio”

“Patrimônio...palavra que nos deixa uma sensação de desconforto – é uma tema sobre o qual já se disse tudo e, todavia, ainda parece que está tudo para dizer. Talvez porque associemos à palavra algo que se esvai, que se esgota, que se desvanece...e que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade mítica, que é rigorosamente utópica, porque o que queremos salvar como patrimônio nunca existiu” (JORGE, 2000:18).

A idéia de patrimônio surge pela primeira vez como uma concepção de passado que garantiria a continuidade de uma determinada cultura. Este patrimônio que, na visão dos romanos era um bem privado e após o renascimento torna-se um bem público, adquire uma outra inversão quando a memória é fragmentada pela materialidade presente na sociedade, e é mantida pelo poder público com o interesse direto no presente. O acesso ao conhecimento histórico através da formulação da concepção de patrimônio envolve vários elementos combinados entre situações políticas, valores econômicos e atitudes pessoais. Assim, o patrimônio transforma-se em valor, em capital,<sup>1</sup> e como tal deve ser gerido.

Segundo Reginaldo Santos (SANTOS, 1996) as construções sobre o conceito de patrimônio não podem ser entendidas somente como reflexo das ações somadas de diversos agentes no processo de transformação da idéia, e sim, como o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórico-cultural definida. Pois a sociedade impõe sobre todas as suas significâncias um processo de objetificação<sup>2</sup> que é “...a tendência lógica ocidental de materializar as coisas.” e dar, no caso do patrimônio, a sua visibilidade e uso (SANTOS, 1996:11-13).

---

<sup>1</sup> “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando reconhecido como algo óbvio” (BOURDIEU, 2000:145).

<sup>2</sup> Entendido como o processo em que o homem dissocia o produzir, que lhe é próprio, do produto, de tal modo que o pode conhecer, tornando-o objeto da sua consciência.

“Tomando a diferenciação de Riegl, ressalta Choay que a diferença fundamental entre o monumento e o monumento histórico é que o primeiro foi criado deliberadamente para relacionar a memória e o presente dos indivíduos, ao passo que o último é criado posteriormente à construção de determinada estrutura, no momento em que esta é preservada entre várias edificações existentes” (POSSAMAI, 2000:15).

A noção de patrimônio como a conhecemos hoje nem sempre foi assim, sua função foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais. Apresentando-se como objeto de preocupação já durante a segunda metade do século XIX, a noção de patrimônio consolida-se mesmo com os processos de formação dos Estados Nacionais, onde serve como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional.

*“Uma vez que foi capaz de propiciar a reunião de restos materiais passíveis de identificar a nação de uma forma homogeneizada, cumprindo várias funções simbólicas, a noção de patrimônio passou a ser fundamentada pelo seu caráter moral e pedagógico”* (POSSAMAI, 2000:16).

No Brasil de 1910 a idéia de patrimônio nasce impregnada pela imagem de formação da nação, mas é constantemente ameaçada pelas concepções de desenvolvimento. Com a instituição do SPHAN em 1937, o patrimônio começa a absorver uma nova roupagem onde o monumento é visto como um artefato cultural construído para representar o passado e não constituído para celebrar o presente. Esta visão é instaurada por um projeto modernista, formado por um grupo de arquitetos que possuíam uma perspectiva estética e parcial da história nacional (RODRIGUES, 1998:88). A construção do discurso sobre o patrimônio artístico e histórico nacional é a primeira ação da academia, que depois tem na sua institucionalização o objetivo máximo de suas atividades. É nestas ações que este colegiado formado de *“saberes consagrados”*, *“conhecimentos acima de tudo”* e *“erudição humanista universal”*, apresentava sua honrabilidade exemplar, e consolidava de forma simbólica e material a idéia sobre o patrimônio no que pode ser chamado de ato performativo, ou o tombamento. Portanto, a retórica do patrimônio é utilizada para garantir à sociedade valores de cidadania e o bem público, em uma especificidade de escolhas tomadas a cabo por um grupo, com objetivos temporais e espaciais previamente definidos (SANTOS, 1996:85).

Durante a década de 1950, a “problemática” do patrimônio e sua visão particular perde o interesse tanto para o governo como para a sociedade, ocasionado novamente pelas propostas desenvolvimentistas. Já em 1960 ocorre uma revalorização onde o patrimônio transfigura-se em um tipo de instrumento de integração nacional e turístico (inclusive com o surgimento da Embratur em 1966). Mas é após 1970 que modificações mais profundas começam a ocorrer tanto na formulação da idéia de patrimônio como em seus agentes, com a valorização das culturas regionais e a mudança do discurso – que acaba por abarcar a multiplicidade e a diversidade dos fazeres cotidianos da população – uma nova concepção de identidade nacional começa a ser garantida. Este alargamento com a inclusão no discurso dos “*excluídos da história*” ocasiona uma mudança também no próprio corpo da instituição, com a soma de profissionais de diferentes áreas de atuação e onde o discurso antropológico começa a firmar espaço (FONSECA, 1996:154). Assim, a incorporação de diferentes grupos da sociedade representados através de etnias, gêneros, crenças etc, é uma verificação de como ocorre esta apropriação da temática do patrimônio, e é na defesa de sua visibilidade e reconhecimento que estes novos agentes vão incorporar o discurso sobre o patrimônio em suas reivindicações. A atitude tomada pelo governo – que agora não se restringe somente a esfera federal, mas trata o patrimônio também nos níveis estaduais e municipais – é exercida quanto da necessidade de tratar com elementos que antes eram desconhecidos ou marginalizados na historicidade nacional. O acréscimo da complexidade cultural ao discurso do patrimônio, após 70, acaba por suscitar questões também sobre o conjunto cultural, o patrimônio ambiental e os produtos de práticas culturais e lugares de memória.

“Como constructo social, é na elaboração de enunciados discursivos que se expressam as disputas em torno da atribuição do valor a determinado objeto cultural. Neste contexto, pode-se observar a presença de um campo relativamente autônomo que se preocupará com a elaboração e difusão da noção de patrimônio, estabelecendo discussão referentes aos bens culturais que devem ser incluídos neste estatuto, por serem portadores de atributos e características determinadas” (POSSAMAI, 2000:17).

Portanto, retomando Santos, as transformações ocorridas na percepção e mesmo na prática dos discursos construídos sobre o patrimônio estabelecem uma noção disto que pode ser chamado como: “*artefato literário*”. Pois o patrimônio aqui assume outras funções impostas por seus interlocutores, o de elemento pedagógico e político também.

Desta forma o patrimônio nestes vários contextos é entendido enquanto propriedade de um determinado grupo no espaço e no tempo e, portanto, “*objeto de desejo*” – que se estabelece como ideal a ser alcançado – do que antes era passado mítico e agora é multiplicidade cultural. Outra roupagem que a idéia de patrimônio assume é quando este travesti-se com uma percepção material de idéias, e para tanto, transforma-se numa “*alegoria*” que vem a representar toda uma objetificação do interesse presente. Já que o processo de “*invenção cultural*”, é o “*...produto de ações humanas histórica e sócio-culturalmente situadas*” (SANTOS, 1996:12-28).

“Tomando o patrimônio do ponto de vista da investigação científica, é de suma importância que este seja tomado como objeto de estudo de diferentes disciplinas, no sentido de tentar melhor compreender como ele se constitui em marcos preservados em nossas cidades e como é difundido na sociedade como representação das identidades dos grupos sociais. Não se trata da indagação estéril de por que se preserva, mas da busca das motivações mais escondidas presentes neste processo, lançando perguntas a prédios, monumentos ou artefatos, difundidos como pertencendo e representando a todos indistintamente e apresentados como inquestionáveis” (POSSAMAI, 2000:23).

Partimos, então, do princípio que o patrimônio é um “*empreendimento lingüístico*” ou “*...um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos*” (SANTOS, 1996:137).

Podemos, desta forma, chegar à conclusão que no universo do patrimônio arqueológico os próprios patrimônios são os vestígios trazidos à tona através das pesquisas arqueológicas, e por outro lado, constituídos de tal valor pelos próprios propulsores de tais interpretações, os arqueólogos.

“A idéia de uma realidade ficcionalmente construída não é nenhuma novidade. Em diferentes áreas das chamadas “ciências humanas” – assim como nas “ciências naturais” – diversos autores têm focalizado o papel desempenhado por recursos ficcionais na construção de teorias científicas e seus objetos. De diferentes modos, essa perspectiva é elaborada em contraposição às concepções positivistas da ciência e que a tomam como uma forma suprema de conhecimento, equacionando-a a uma razão ahistórica situada acima dos conflitos e incertezas humanas” (SANTOS 1996:15).

Assim se a interpretação sobre o patrimônio cultural é, como dito, anteriormente um “discurso”, cabe aos formuladores a responsabilidade não só de “criar”, mas também

direcionar a “oratória”. E para isto devemos propor uma interpretação intrínseca, voltada para o particular onde, “...o olhar dos habitantes e dos visitantes para os detalhes do lugar, amplia a atenção, movendo-a de um “objeto de arte”, para uma perspectiva mais geral no tocante à preservação, conservação e desenvolvimento do lugar” (MURTA & ALBANO, 2002:94). Esta responsabilidade, não só de inteligibilidade do patrimônio mas de consciência de gerenciamento sobre o mesmo, deve ser portanto o fio condutor destas ações sobre o patrimônio, e neste caso, o patrimônio arqueológico, perpassando tanto o objeto como a ciência, assim:

“Então, entre os fatos do passado e nós mesmos, está a nossa visão de passado, construída através da educação, das idéias e crenças predominantes do nosso tempo e de nossa sociedade em particular, e este conhecimento, que parte da ciência, da filosofia e da religião, nos ajuda a construir as hipóteses, que obviamente, não são fáceis, porem como verificá-las? Assim a seguinte pergunta nos parece muito legítima; que passado queremos conhecer?, o que existiu e o que queremos que exista? Como saber cientificamente que existiu de uma maneira ou de outra?”<sup>3</sup> (ORELLANA, 2003).

## 2.2 Preceitos para o entendimento de uma “Arqueologia”

“A arqueologia é antes de mais nada uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade. Há uma arqueologia pré-histórica, como existe, por exemplo, uma arqueologia contemporânea” (JORGE, 2000:11).

A arqueologia além de ser vista desta forma totalitária, também pode ser entendida como um conjunto de construções intelectuais que estuda os vestígios materiais produzidos pelo o homem de um determinado lugar e em um determinado tempo. Mas nem sempre esta consciência que o olhar arqueológico desperta esteve presente na prática desta ciência. Para isso, é importante primeiro desenhar rapidamente a idéia do que é esta “ciência”, segundo alguns autores, e o quanto as formulações

---

<sup>3</sup>“Entonces, entre los hechos del pasado y nosotros, está nuestra visión del pasado, lograda a través de la educación, de las ideas y creencias predominantes de nuestro tiempo y de nuestra particular sociedad; y este conocimiento, que parte de la ciencia y/o de la filosofía y/o de la religión, nos ayuda a construir las hipótesis, que obviamente, nos son caras, pero ¿cómo verificarlas? Así la siguiente pregunta nos parece muy legítima; ¿qué pasado queremos conocer?, ¿el que existió o el que queremos que exista? y ¿cómo saber científicamente qué existió de una manera y no de otra?”(ORELLANA, 2003) Documento da Internet.

criadas podem ser diferentes, mesmo partindo de um ponto de vista comum para todos: os vestígios materiais.

A arqueologia surge enquanto estudo sistemático somente na primeira metade do século XX na Europa; até então era tida como uma prática de colecionadores e amadores que não se preocupavam com uma metodologia para o recolhimento dos objetos, pois estes serviam somente para encher os chamados “gabinetes de curiosidades”. Este desenvolvimento da ciência no século XX assiste a incorporação de novas problemáticas como: preocupações tipológicas e cronológicas, melhorias nas técnicas de campo, início da fotografia aérea (e mais tarde a arqueologia da paisagem) e preocupações com uma perspectiva ecológica (restos de fauna e flora).

Denominada de escola “histórico-culturalista”, esta corrente tinha como objetivo identificar uma determinada cultura através de uma coleta de dados com rigor empírico e onde as informações para a interpretação dos objetos devessem vir dos mesmos ou através do seu contexto (disposição no tempo e no espaço). Apresentando um caráter prático, essa arqueologia estava também permeada dos ideais de construção dos estados nacionais e do pensamento científico em voga na época, (primeira metade do século XX) conduzido pelos preceitos positivistas e evolucionistas. *“Nos meados do século dá-se a descoberta do método de datação pelo carbono 14, que viria acabar com muitas explicações difusionistas e permitir o estabelecimento de comparações dos processos de evolução cultural à escala do globo”* (JORGE, 2000:13). Com esta inovação a arqueologia acende do nível prático ao embate no campo teórico, o que vai se consolidar com a exposição de novos paradigmas para esta ciência.

Na década de 1960, nos E.U.A., surge uma nova corrente no pensamento arqueológico conhecida como “Nova Arqueologia”, enquanto na Inglaterra fica conhecida como “Arqueologia Processual”. Esta escola vê a necessidade de se buscar leis gerais no estudo das sociedades através dos seus vestígios materiais e em especial sua adaptação ao meio ambiente. Através da formulação de hipóteses e a verificação nos dados, propõem-se a explicação de processos totais. A cultura é vista como um sistema composto de vários sub-sistemas (tecnológico, subsistência, comunicação) que interagem através de múltiplos sentidos. Este movimento entre as esferas é materializado na cultura, e com isto o registro arqueológico é tido como um composto diversificado porém simplista, rompendo com a percepção linear e etapista. Desta forma as sociedades podem ser entendidas como meros depositários de “leis” transculturais e que basta uma certa generalização para que sejam abarcadas.

“Iniciou-se então, ou ganhou novo alento, uma arqueologia de grandes projetos interdisciplinares, orientados por objectivos definidos, abarcando regiões inteiras, e procedendo por vezes por amostragem estatística, tanto ao nível da prospecção, como da escavação” (JORGE, 2000:14).

Assim, a “New Archaeology” pretende desvelar como as sociedades se inserem no contexto mais amplo, e vai buscar na soma com outras disciplinas a formulação de hipóteses e a aplicação de métodos testáveis nas investigações, principalmente baseados na matemática e na biologia, como forma de construir uma ciência objetiva (HODDER, 1999:3). Esta nova corrente também se serve da antropologia para o estabelecimento de uma idéia de renovação que:

“...remediasse as limitações da Arqueologia Tradicional, que era considerada pouco científica na explicação do passado. Pretendiam converter a Arqueologia em um estudo sistemático, de maneira que os fenômenos se pudessem explicar como algo ahistórico”<sup>4</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002).

Este cientificismo exacerbado, tão propagado na década de 70, acaba por criar certos “tipos ideais”<sup>5</sup> para todas as sociedades, não importando espaço e tempo, aos quais os vestígios arqueológicos não tem nenhuma outra função a não ser encaixar-se.

Por outro lado na década de 1980, na Inglaterra, surge uma corrente paralela no pensamento arqueológico, denominada “Pós-processual”. Esta escola, em contradição direta com a corrente processualista ou nova arqueologia, busca uma pluralidade de investigação e um certo relativismo. O objeto adquire um valor simbólico portador de diversos significados. A chamada “*apreensão contextual*” do objeto vê que podem existir diferentes tipos de significado que vão desde os processos estruturados das relações econômicas e sociais até os conteúdos dispersos em códigos simbólicos (HODDER, 1994:163).

Nesta perspectiva o que importa é a qualidade dos achados e não sua quantidade.

---

<sup>4</sup> “...remediasse las limitaciones de la Arqueología Tradicional, a la que consideraban poco científica en la explicación del pasado. Pretendían convertir la Arqueología en un estudio sistemático, de manera que los fenómenos se pudiesen explicar como algo ahistórico”(LUCENA MARTÍN, 2002). Documento da internet.

<sup>5</sup> Conforme Marx Weber que estabelece um sistema de tipos ideais através de conceitos definidos por critérios pessoais, nos quais baseia seu estudo sobre o capitalismo, burocracia, patrimonialismo, etc (WEBER, 1996). Documento da Internet.

Desta maneira, os vestígios materiais são somente “reflexos” de ações executadas no seio da sociedade por indivíduos, o que caracteriza o objeto como um resíduo de ação social, um elemento único que comporta diversos outros. Após o clima de confiança propagado pela *new archeology* nos anos 60, as reflexões do pós-processualismo em plena década de 80 trazem dentro de um clima de crítica conceitual e metodológica que tinha todas as manifestações da pós-modernidade, um ataque a sua predecessora, a seus conceitos reducionistas e deterministas. Porém, parece que esgotado este poder de crítica, a arqueologia pós-processual não consegue estabelecer novos meios interpretativos ou metodologias, mas ao contrário, chama a atenção para a “...*impossibilidade de uma aproximação objetiva na interpretação do passado*”<sup>6</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002).

No Brasil, a arqueologia vai obedecer um caminho tanto quanto inverso, primeiramente por ser desprovida de caráter monumental e em segundo por ter sido diretamente influenciada por referenciais externos. As primeiras perspectivas arqueológicas surgiram com os viajantes/naturalistas, do final do século XVIII e início do século XIX, e tiveram no apoio dos museus um forte incentivo para a realização de pesquisas que tinham por preceito geral o entendimento e a preocupação sobre o ocorrido na América.

“Seguiu-se um período de efervescência científica na arqueologia brasileira não só quanto ao levantamento de dados primários com expedições, escavações e montagem de coleções, mas também quanto à formulação de hipóteses e teorias sobre a origem e filiação cultural dos índios brasileiros. Tendo em vista a tardia criação de centros universitários no país, foi dentro dos museus que pesquisa e teoria foram desenvolvidas” (BARRETO, 2000:37).

Assim a arqueologia servia-se e era propagadora das “questões investigativas”, levadas a cabo por instituições de pesquisa em voga no início do século XIX.

“Nesse sentido os museus etnográficos cumpriam uma inusitada função local. Ajudando a delimitar o atraso ou reafirmando a inferioridade da miscigenação e das raças formadoras, acabavam por encampar, de forma específica, os debates da intelectualidade da época interessada nos rumos deste país” (BUENO & MACHADO, 2003).

Mas esta arqueologia desenvolvida nos museus não possuía um aspecto popular em função do seu hermetismo. Tão pouco acontecia na esfera acadêmica, já que a

---

<sup>6</sup>“...*imposibilidad de un acercamiento objetivo en la interpretación del pasado*”(LUCENA MARTÍN, 2002).

prática na universidade só se dava através de ações isoladas. Esta singularidade da arqueologia brasileira, ou mesmo tida como uma “prática de poucos”, acaba por ser um espaço fértil para a influência externa. “*Franceses e norte-americanos deixaram marcas profundas no desenvolvimento da arqueologia brasileira por toda a segunda metade do século XX*”(BARRETO, 42:2000). Estas escolas acabam por legar e (senão determinar à arqueologia brasileira) tanto um treinamento metodológico (escavações palinográficas, análise de material lítico) quanto preceitos teóricos (Pronapa, fases, tradições), fundamentando-se em ações distantes e desvinculadas de uma especificidade nacional, o que culmina na formação de uma geração calcada essencialmente na prática, em técnicas de pesquisa de campo e laboratório, mas sem uma orientação e criação teórica explícita. Esta incorporação do fazer (treinado) e do pensar (acrítico) forjam, nas décadas de 60 e 70, uma comunidade arqueológica brasileira, pautada pelo provincianismo, concretizado no estabelecimento de “feudos de pesquisa.”<sup>7</sup>

“Vemos também que a constante insistência em atingir o máximo de objetividade possível, observando, descrevendo e defendendo uma postura de neutralidade frente aos fatos, legou-nos por um lado importantes e acuradas observações e, por outro, uma arqueologia essencialmente descritiva e pobre de interpretações” (BUENO & MACHADO, 2003).

Mas modificações começam a ocorrer no final do século XX no Brasil, com aumento de pesquisadores e instituições de pesquisa, assim como a incorporação de problemáticas internacionais nos estudos desenvolvidos.

“Contudo, a partir do ano de 1980, o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros, agora não só com formação acadêmica especializada no Brasil e no exterior, mas também com projetos teóricos mais bem definidos, começou a mudar o tipo de arqueologia feita no país”(BARRETO, 2000:46).

Junto a isto soma-se a prática da arqueologia de contrato, decorrente da implantação de empreendimentos que afetam direta ou indiretamente o patrimônio arqueológico, que tem por principal função o resguardo e manutenção destes bens. Espaço prático, mas acima de tudo responsável, a arqueologia de salvamento começa a modificar o panorama das pesquisas no país: “*Esse fato causou uma mudança na profissão de arqueólogo, que passa*

---

<sup>7</sup> Aqui podemos lembrar as autorizações do IPHAN cedidas na época, que permitiam a um pesquisador por tempo indeterminado conduzir todas pesquisas em áreas às vezes superiores a um estado!

*de estritamente acadêmica para uma ocupação do 'mundo real', na qual a legislação e a política pública são um dos componentes principais”* (MELLO, 2003). Mas estas realizações na arqueologia de contrato ainda passam por uma dificuldade maior que é a própria postura crítica e ética do fazer arqueológico, onde a consciência sobre as ações tomadas tem que passar obrigatoriamente por uma reflexão, não só de referenciais teóricos ou escolhas metodológicas, mas sobretudo dos objetivos propostos à serem alcançados.

Mas que arqueologia queremos praticar?

Depois deste breve histórico sobre o pensamento arqueológico, devemos nos preocupar com que tipo de construções são estabelecidas a partir do seu ponto comum: o “objeto” de estudo. Pois, todo o acúmulo de material produzido pelo homem faz parte do universo de análise da arqueologia, desde o menor objeto apreensível até a maior modificação observável na paisagem. E como materialidade da cultura, ou seja seu suporte físico, tais criações humanas são patrimônios culturais. Desta forma “...podemos afirmar, então, que a Arqueologia estuda os bens culturais” (NAJJAR et alli, 2002:11).

Então, se os bens culturais são o objeto de estudo da arqueologia, e o verdadeiro estudo sobre o patrimônio é o estudo de construções intelectuais, utilizaremos as colocações de Jean-Claude Gardin para esclarecer o que vem a ser evidentemente a arqueologia.

“Para minha presente proposta, a arqueologia é o universo de construções intelectuais fundadas sobre o exame de objetos e monumentos quaisquer, com ou sem inscrições, e em último caso sobre essas mesmas inscrições, como também de todas as outras fontes escritas, quando elas podem enriquecer de uma maneira ou de outra os conhecimentos tirados da análise dos monumentos”<sup>8</sup> (GARDIN, 1979:18).

Para Gardin, deve-se considerar sempre a variedade dos objetos e monumentos entendidos como “cultura material”. Para isso, é admissível que a competência da arqueologia se estenda a todo o tipo de vestígio, sem exclusão. Mas para o autor, a veracidade das construções arqueológicas não está nos objetos em si, mas na natureza das seqüências operatórias de raciocínio, seguidas de seus comentários.

Pôr sua vez, esta seqüência operatória ocupa o espaço de uma formulação que pretende ser o entendimento em um plano conceitual do próprio objeto. Quando esta

---

<sup>8</sup> “Pour mon propos présent, l’archéologie est l’univers des constructions intellectuelles fondées sur l’examen d’objets ou de monuments quelconques, avec ou sans inscriptions, et le cas échéant sur l’étude de ces inscriptions elles-mêmes, comme aussi de toute autre source écrite, lorsqu’elles peuvent enrichir d’une manière ou d’une autre les connaissances tirées de l’analyse des monuments” (GARDIN, 1979:18).

formulação fundamenta-se numa apreensão superficial do objeto, todas as construções seguidas tornam-se obviamente falhas.

Desta forma, segundo o autor é necessário uma reflexão crítica sobre a linguagem de representação dos objetos na arqueologia. Mas apesar da diversidade do universo de estudo da arqueologia e da diversidade de olhares sobre os objetos, pode-se afirmar: “*que o campo da arqueologia é toda a espécie de construção fundamentada no pouco que seja dos estudos dos vestígios materiais*”<sup>9</sup> (GARDIN, 1979:19). Para melhor esclarecer, também utilizamos o pensamento de Lucena Martín que propõe o movimento da arqueologia por entre duas áreas: o objeto e o pesquisador. Utilizando conceitos filosóficos de *realismo* (em que o objeto conhecido e seu cognescente são entidades diferentes, pois o primeiro existe independente do segundo) e de *determinismo ontológico* (onde a pesquisa científica se fundamenta em formulações de leis que ao mesmo tempo estabelecem limites para tais formulações), chega-se à conclusão que a arqueologia trata da “*...diferenciação entre aspectos materiais e imateriais da cultura, que na filosofia vem a ser conhecido como dualismo, e a crença nas conexões entre ambas*”<sup>10</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002). Mas, como visto anteriormente este “processo interpretativo” em arqueologia não é de forma alguma idôneo.

“Se realiza então uma assimilação entre o objeto de estudo e o de referência. A primeira objeção a este processo é que não dispomos de uma caracterização tão profunda e completa do monumento passado estudado, como o do que utilizamos como partida, de maneira que finalmente estabelecer relações entre ambos não é satisfatório. Sem restrição, realizamos uma transposição dos dados que caracterizam o monumento presente a este outro passado, e efetuamos processos de indução e dedução não a partir do monumento passado, se não do presente”<sup>11</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002).

Retomando Gardin, podemos definir o que vem a ser os demarcadores intelectuais da arqueologia e dividi-los em duas grandes categorias. A primeira categoria envolveria as formas de aquisição dos objetos através das práticas de

---

<sup>9</sup> “*...le champ de l'archéologie est toute espèce de construction fondée si peu que ce soit sur l'étude des vestiges matériels...*”(GARDIN, 1979:19).

<sup>10</sup> “*la diferenciación entre aspectos materiales e inmateriales de la cultura, que en filosofía viene conocido como dualismo, y la creencia en las conexiones entre ambas*” (LUCENA MARTÍN, 2002).

<sup>11</sup> “*Se realiza entonces una asimilación entre el objeto de estudio y el de referencia. La primera objeción a este proceso es que no disponemos de una caracterización tan prolija y completa del momento pasado estudiado, como del que utilizamos como plantilla, de manera que finalmente establecer relaciones entre ambos no es satisfactorio. Sin embargo, realizamos una transposición de los rasgos que caracterizan el momento presente a ese otro pasado, y efectuamos procesos de inducción y deducción no a partir del momento pasado, sino del presente*” (LUCENA MARTÍN, 2002).

escavação, métodos de prospecção, técnicas de preservação, etc. A segunda considera as construções arqueológicas onde estariam as “*operações mentais*”, pelas as quais os objetos recebem ou são acrescidos de um “*enunciado de proposições racionais*”: os atributos cronológicos, geográficos ou as inferências sobre a relação do objeto na organização social, econômica ou política de determinado grupo, chegando portanto à sua funcionalidade.

Podemos esquematizar assim o tratamento da informação arqueológica: primeiramente temos a coleta do material e a composição da coleção de estudo para, depois, ocorrer a interpretação através do acréscimo de comentários ou de formulações ou de proposições. O autor chama bastante atenção para o fato que a aquisição dos dados informativos na arqueologia, seja através de técnicas de coleta ou tipos de constituição de coleções, não se reduzem somente às operações ditas mecânicas, mas que estes atos são nada mais que “frutos” de determinados pré-condicionamentos. E que, em um segundo momento, existe uma interação evidente entre estas duas categorias de construção, pois tanto a coleta como as proposições são subordinadas à certas “estratégias de observação”, em alguns casos explícitas e em outros não. Assim forma-se um esquema de retroação, ou quase um ciclo, em que o produto advindo da coleta de dados condiciona seu próprio tipo de coleta. Pois desta forma, o processo de aquisição do material arqueológico é orientado segundo um plano técnico ou tático preestabelecido, resultando em que o pensar que os objetos suscitam acaba por condicionar as próprias formas de aquisição e, por sua vez, um novo pensar que vai realimentar todo o processo novamente, e assim por diante. Da mesma forma crítica este fazer arqueológico também é abordado no pensamento de Lucena Martín:

*“O número de interpretações plausíveis a um problema é inversamente proporcional a quantidade de dados que os sentidos nos proporcionam, e o nível de certeza que se alcança é maior nos casos em que as explicações são poucas”*<sup>12</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002).

Portanto, quando as informações a respeito de alguma coisa são muito poucas, isso acaba por gerar uma proliferação de hipóteses explicativas, ao contrário do que seria necessário, ou seja, o estudo sistemático e descritivo do tema. Assim essas hipóteses não vem do objeto de estudo mas sim “...baseadas na experiência pessoal,

---

<sup>12</sup> “*El número de interpretaciones plausibles a un problema es inversamente proporcional a la cantidad de datos que los sentidos nos proporcionan, y el nivel de certeza que se alcanza es mayor en los casos en que las explicaciones son pocas*” (LUCENA MARTÍN, 2002).

*gerencial, nos paradigmas prevalecentes, e nos motivos ideológicos*”<sup>13</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002). E aqui é importante que se defina uma linha entre os dois casos - o que é inserido e o que é extraído do objeto - e quando ambos são implícita ou explicitamente realizados.

“Pelo contrário não corresponde somente a quantidade e natureza da informação definir ambas as categorias, se não também o sujeito cognescente, e por suposto, as circunstâncias sociais, políticas...em que este se desenvolve. O passado, por si, não oferece e não admite interpretação. Não admite significação, porem sim, uma descrição ordenada. A descrição propõe uma capacidade de sugerir de que a explicação carece. A informação que resulta dos trabalhos de investigação não permanece estanque, se infiltra de diversas maneiras controladas e incontroladas, consciente e inconsciente. Nem todo o discurso arqueológico escrito, que é uma parte somente do trabalho arqueológico de campo e laboratório, é acessível ao público em geral”<sup>14</sup> (LUCENA MARTÍN, 2002).

Mas se de um lado temos o arqueólogo, de outro temos a própria Arqueologia. *“Em sentido oposto operaria a influência que a Arqueologia exerce sobre a sociedade, através de construções não inocentes do que se considera culturalmente correto*”<sup>15</sup> (RUIZ ZAPATERO, 2002). Este pensamento nos coloca a questão não só do pensar o patrimônio e a arqueologia, mas sim o campo da prática destes dois conceitos. Como forma de referência, uma relação dialética pode ser proposta sobre o tema: enquanto a tese pode ser interpretada como o sítio e a antítese o próprio arqueólogo, o que temos como resultado é uma síntese ou o próprio patrimônio arqueológico. Momento este que é construído exatamente na interação entre o objeto e o pesquisador, ou seja, este último servindo-se do conhecimento advindo do seu objeto de estudo, parte para a elaboração de um determinado saber<sup>16</sup>, que em última instância, é um conhecimento elaborado “sobre” o objeto e não “do” objeto em questão. A dialética aqui imposta é inevitável

---

<sup>13</sup> “...basadas en la experiencia personal, generacional, en los paradigmas prevalecientes, en motivos ideológicos” (LUCENA MARTÍN, 2002).

<sup>14</sup> “Por el contrario no corresponde sólo a la cantidad y naturaleza de información definir ambas categorías, sino también al sujeto cognoscente, y por supuesto, a las circunstancias sociales, políticas... en las que éste se desenvuelve. El pasado, per se, no ofrece y no admite interpretación. No admite significación, pero sí una descripción ordenada. La descripción posee una capacidad de sugerir de la que la explicación carece. La información que resulta de los trabajos de investigación no permanece estancada, sino que se filtra de diversas maneras controladas e incontroladas, de manera consciente e inconsciente. No todo el discurso arqueológico escrito, que es una parte sólo del trabajo arqueológico de campo y laboratorio, es accesible al público en general” (LUCENA MARTÍN, 2002).

<sup>15</sup> “En sentido opuesto operaria la influencia que la Arqueología ejerce sobre la sociedad, a través de construcciones no inocentes de lo que se considera culturalmente correcto” (RUIZ ZAPATERO, 2002).

<sup>16</sup> Entendido aqui como forma de ter conhecimento, informação ou notícia de algo; e também nestes casos estar convencido de algo, seja através de uma instrução ou do próprio estudo.

tanto para o pesquisador como para o objeto, e no caso, entre o arqueólogo e o sítio em que o produto é consolidado através do discurso. Mas, dentro de toda esta construção, uma assertiva deve sempre ser lembrada : o discurso elaborado *sobre* o objeto é sempre inversamente proporcional ao conhecimento adquirido *do* mesmo.

“A arqueologia “explodiu”, nos nossos dias, numa multiplicidade de arqueologias diferentes. No sentido cronológico, como se sugeriu no início, falamos de uma arqueologia pré-histórica, de uma arqueologia romana, como de uma arqueologia moderna ou de uma arqueologia contemporânea, por exemplo. No sentido temático, conforme ao aspectos da sociedade ou da realidade a que os autores dão mais relevo, podemos ter uma arqueologia económica, uma arqueologia social, uma arqueologia simbólica, uma arqueologia do género, uma arqueologia espacial, uma arqueologia rural, etc. No campo das relações interdisciplinares, falamos em arqueozoologia, arqueometria, geoarqueologia, etnoarqueologia, etc. Quando nos referimos aos diferentes “meios” em que a arqueologia é praticada, podemos falar de uma arqueologia subaquática, de uma arqueologia urbana, etc. Para traduzir diferentes opções epistemológicas, referimo-nos à arqueologia processual, à arqueologia contextual, à arqueologia marxista, à arqueologia estrutural, à arqueologia pós-processual, etc. Quando, tradicionalmente, queríamos caracterizar diversas vocações institucionais ou de serviço, falávamos por vezes de arqueologia da investigação ou “universitária” *versus* arqueologia de salvamento ou de emergência (arqueologia patrimonial) – mas deve dizer-se que esta é uma dicotomia perversa, pois, na verdade, toda a arqueologia é investigação ou não é, verdadeiramente, arqueologia, mas uma prática rotineira sem sentido, sem qualidade e sem aproveitamento para a sociedade que a financia” (JORGE, 2000:16).

Seguindo o pensamento de Oliveira Jorge, a arqueologia, como forma investigativa, propõem-se a certos resultados, e estes por sua vez são limitados por diversos contingentes, alguns do próprio objeto e outros independentes a este. Desta forma devemos ter em mente quais são estes limites e o quanto a investigação pode avançar ou acrescentar. Para uma proposta de ciência explicativa a arqueologia deve abandonar o discurso, por muitas vezes excessivamente literário, e assumir um papel responsável no campo das ciências humanas e frente ao património cultural.

### 2.3 Limites interpretativos na Arqueologia

Conforme Alain Gally (GALLY, 1986) inúmeros problemas apresentam-se quando pretende-se uma ordenação e esclarecimento dos fatos arqueológicos. Primeiramente, vamos esclarecer estes problemas interpretativos. O primeiro fator que deve ser levado em consideração é a “problemática da interpretação”, onde a oposição entre as *propriedades* e os *atributos* estabelece uma diferença entre aquilo que sabemos sobre o objeto - que é um conhecimento adquirido em referenciais internos - e o conjunto de informações retroditas - estas a partir dos referenciais externos. Em um segundo momento, outra questão que também está presente é a “formalização desta informação”, ou a explicitação das características intrínsecas e características extrínsecas dos objetos, que segundo J.-C. Gardin são: características intrínsecas: propriedades físicas, geométricas e semiológicas; e características extrínsecas: as informações a respeito do lugar, tempo e função do objeto (GARDIN, 1979:123).

E por fim temos a problemática da “coleta de informação”, esta vinculada diretamente à escavação, onde as características dos objetos podem ser apreendidas nos próprios vestígios (características internas), ou no contexto em que estão inseridos (características externas). Mas quanto às exceções, estas podem ocorrer em variados momentos, na interpretação, na organização ou mesmo na ordenação dos dados. Assim, a interpretação não consiste somente em atribuir às características intrínsecas de um objeto informações dos elementos extrínsecos. Bem como no momento da ordenação características extrínsecas podem ser lidas no próprio objeto: quando estes apresentam informações semiológicas, como uma inscrição na peça que informa sobre tempo e espaço.

Em outro momento o autor expõe que deve-se examinar como são abordadas as definições das propriedades materiais sobre as quais fundamenta-se a interpretação. Segundo este, o modo de trabalhar do arqueólogo segue sempre o mesmo esquema: a) métodos de escavação; b) descrição dos objetos; c) interpretação dos mesmos. Mas segundo Gally, existe uma alternativa a esse posicionamento, que consiste em ver como é possível através da escavação resolver os problemas no nível interpretativo. Ou seja, através de um maior rigor no procedimento empírico de aquisição dos dados, que permita selecionar melhor os materiais a serem analisados, utilizando o que chama-se de “princípio da economia”, onde a interpretação apoia-se sobre a reunião de dois conjuntos, o das propriedades dos objetos estudados e o das propriedades dos objetos comparados, sendo que, admite-se duas hipóteses: a) o objeto usado para comparação possui propriedades

idênticas ou parecidas ao estudado; b) a interpretação funcional determina a maneira como o arqueólogo descreve o objeto. Assim, as estruturas tipológicas construídas são fundamentadas em uma certa ordem introduzida no interior das características intrínsecas e extrínsecas dos objetos. Portanto, o autor propõe que devemos inicialmente distinguir as ordenações fundamentadas unicamente nas características dos objetos (características intrínsecas).

Ainda conforme Gallay, para apreender o acontecimento e a mudança ocorridos nos sítios, é preciso ordenar os objetos no tempo e no espaço, e estabelecer uma *seriação* cronológica e temporal de dados. Para obter esse tipo de classificação, fixa-se um limite cronológico no espaço e busca-se corresponder determinadas características, principalmente culturais, aos diversos intervalos, o que implica um controle dos métodos de datação. Quanto a estes métodos, pode-se apresentar como *datação absoluta*, que permitem fixar um fenômeno na escala do tempo com precisão variável, e a *datação relativa* que é baseada na comparação de duas ou mais *datações absolutas*. Quanto ao limite espacial, é possível estabelecer recortes de um dado objeto ou um dado fenômeno, em escalas que vão do continente ao sítio. Mas, toda análise espacial necessita que seja definida inicialmente a unidade temporal em cujo interior as observações utilizadas são consideradas “sincrônicas”. Os agrupamentos assim reconhecidos (tempo/espaço) podem ser qualificados pela sua maior ou menor dispersão e pelas relações de exclusão ou de superposição que mantêm com outros conjuntos de vestígios.

A arqueologia espacial insere-se neste âmbito como uma ferramenta adequada para a interpretação dos dados adquiridos com a pesquisa. Pois, segundo David Clarke, “...a arqueologia espacial é a recuperação das informações do espaço arqueológico relacionadas ao estudo das áreas conseqüentes, formadas pelas atividades humanas”<sup>17</sup> (CLARKE, 1977:17). Estas áreas são compreendidas pelos espaços entre as distintas estruturas e suas articulações, compreendendo a totalidade do sítio e seu entorno. A arqueologia espacial trata então de atividades humanas ocorridas nesses vários níveis, dos seus vestígios, que incluem desde os artefatos, os suportes físicos e seu entorno, como também, da interação entre todos estes aspectos. O estudo parte de um conjunto de elementos e interrelações que estão presentes na formação do sítio arqueológico. Ainda conforme Clarke, as áreas selecionadas para o estudo não são definidas somente por agrupamentos de materiais, mas incluem cemitérios, tumbas megalíticas, covas, abrigos,

---

<sup>17</sup> “...the spatial archaeology is the recovery of the information of the archaeological space related to the study of the consequent areas, formed by the human activities” (CLARKE, 1977:17).

minas, pedreiras, centros de extração etc. Ou seja: realmente qualquer área de atividade humana. Desta forma, a análise das estruturas e de seus elementos identificados no espaço são um meio pelo qual podemos reconstruir uma resposta para a complexidade dos modelos de distribuição do sítio, atribuindo valores e observando tendências quanto aos depósitos quantitativos e qualitativos, padrões de associação, correlação e localização estrutural, ou dispersão dos materiais.

A análise espacial é definida por Clarke, em três níveis de abordagens: micro, semi-micro e macro, indicando que em cada nível proveria um tipo de informação diferente e complementar. O nível micro corresponderia às estruturas interiores dos sítios relacionadas às atividades humanas ou suas conseqüências como: casas, sepultamentos, abrigos, etc, onde fatores individuais e culturais seriam mais relevantes que os fatores econômicos. No nível semi-micro, composto pelo conjunto das estruturas no interior do sítio e de suas relações com os arredores imediatos e áreas de atividades, estariam localizados os espaços comunais, como: cemitérios, centros cerimoniais, aldeias, etc onde os fatores sociais e culturais estariam evidenciados ou justapostos com os econômicos. E por fim teríamos o nível macro, que pode ser entendido como regional, já que os fatores econômicos estariam mais evidenciados que os sociais e culturais, pois este nível envolveria as questões de tempo, distâncias e energia despendida para exploração do meio ambiente. Os níveis por sua vez, constituiriam estruturalmente o sítio e seriam capazes de remeter à descrição das atividades humanas realizadas, reunindo formas estruturais, áreas de atividades e artefatos, relativos aos locais específicos nos sítios e no meio. Assim, o estudo da arqueologia espacial é a procura de explicações das regularidades e singularidades espaciais e as formas e funções dos padrões humanos, sendo uma forma de ordenação para compreender o papel adaptativo dos sistemas particulares e do trabalho realizado, como forma de melhor conhecer as causas implícitas das variações espaciais na arqueologia.

Retomando Gally, o trabalho de interpretação consiste em retroceder na linha do tempo para recuperar a organização inicial. Essa maneira de ver as coisas poderia fazer pensar que existe uma *ordem* que se opõe à *desordem* provocada pelo tempo. A primeira observação concerne à realidade da ordem evidenciada. É preciso insistir no fato de que essa ordem é uma construção intelectual do arqueólogo; trata-se de um modelo que dá conta da realidade observada e permite um certo controle sobre essa realidade no setor escolhido pelo próprio pesquisador. A segunda observação decorre dessa concepção restritiva da noção de ordem, a oposição entre ordem estrutural e desordem histórica só tem valor em relação a um objetivo explícito. É então efetivamente necessário distinguir os

acontecimentos e as estruturas significativamente ligadas à história do conjunto dos acontecimentos “contingentes” que afetam o dispositivo ao longo do tempo.

Portanto a busca de uma ordem no tempo implica necessariamente também em definir o espaço, no qual essa ordem é significativa. Reciprocamente, a análise espacial só é realizável após se definir a unidade de tempo na qual ela se desenvolverá.

Quando refinamos a análise, percebemos que nunca é possível eliminar totalmente uma das duas dimensões, tempo ou espaço. A cronologia estabelecida varia sempre um pouco em função do local da observação. Assim, toda reconstituição de uma ordem no espaço desemboca em considerações factuais. A busca de uma ordem no espaço está fundamentada na noção de sincronia, e não se pode estudar, segundo essa ótica, repartições de objetos que não admitimos que pertençam à mesma unidade de tempo. Mas, a definição dessa unidade pode variar e a análise espacial alcançar o cotidiano através da redução do tempo aos limites extremos permitidos pelas condições do depósito, pela fineza da análise estratigráfica ou topográfica realizada. O último objetivo persiste, sempre conforme Gallay, à busca de uma ordem em relação à função. Pois essa noção reúne um amplo leque de fenômenos pertencentes a vários setores da cultura como: técnico, econômico, social e ideológico. Desta forma, se o espaço e o tempo são dados da observação direta, a função pertence, na maioria das vezes, ao campo interpretativo. Existem no entanto certos casos nos quais a identificação de uma ordem tipológica pode ser fundamentada nas diferenças de função, consideradas como fatos de observação. A distinção entre objetos provenientes de casas para moradia e objetos depositados em cemitérios permite estabelecer uma oposição entre mobiliário doméstico e mobiliário funerário. Dentro das habitações, pode ser útil ordenar o material descoberto com base nas ligações estabelecidas com construções cuja função é evidente: fogueiras, áreas internas, celeiros, zonas de repouso etc. No interior de uma aglomeração comportando edifícios com funções diferentes, pode-se tentar estabelecer uma distinção entre os objetos provenientes dos edifícios públicos e objetos provenientes das residências, e opor assim, objetos de uso coletivo a objetos utilizados em âmbito familiar.

Mas como recuperar informações destes vestígios? O que é aquilo que se pode denominar a memória material? Alguns aspectos dessa memória são praticamente indestrutíveis, mas outros componentes dessa memória desaparecem sob os efeitos do tempo.

Primeiramente, o pesquisador deve sempre ter em mente que os vestígios materiais são o reflexo limitado da cultura viva, pois não possuem mais uma relação direta com a

comunidade a que pertenciam. E em um segundo momento, que os vestígios materiais conservados são uma fração da cultura material e dependem tanto das condições naturais de conservação quanto do tipo de material de que são compostos. Em terceiro lugar, os vestígios materiais descobertos são uma ínfima parte dos vestígios materiais destas populações. E por último, que os vestígios materiais observados, são os vestígios estudados a partir de uma certa amostragem. Assim, Gallay afirma que devemos nos perguntar se os vestígios estudados são realmente representativos da cultura viva: “...*é importante reduzir nossas ambições e mostrar que as restituições dos arqueólogos pertencem quase sempre ao domínio do plausível, e não ao domínio do certo*”<sup>18</sup> (GALLAY, 1986:127).

Portanto, essa forma de precisar os limites da análise mostra como se revelam as manifestações materiais e os inúmeros prolongamentos no domínio arqueológico dos vestígios observáveis. Mas, por outro lado, mostra também que as interpretações dessas manifestações dizem respeito a diferentes universos que não são igualmente acessíveis à investigação arqueológica. Enquanto os vestígios materiais conservados são parte do caminho que vai da realidade viva aos vestígios estudados no solo é necessário compreender a redução desta informação, o que ocorre em vários níveis.

- Primeiramente, o objeto sem o seu contexto é o um vestígio material isolado de seu referencial externo.
- Segundo, as estratégias de abandono ou de descarte fazem parte dos hábitos e dos costumes dos homens que orientaram o destino dos vestígios.
- Terceiro, a conservação dos vestígios e o efeito destruidor do tempo afetam o objeto abandonado.
- Quarto, os vestígios de diversos períodos podem se sobrepor ou se confundir ao ponto de tornar difícil, ou mesmo impossível, restituir a sua dimensão temporal.

Como referencial para os “jogos de interpretação”, vamos buscar na “*Arqueologia Contextual*” quais as formas de identificação e análise da cultura material que, segundo Ian Hodder, criam a possibilidade de interpretação dos seus significados, que podem ser

---

<sup>18</sup> “... *il importe de réduire quelque peu nos ambitions, et de montrer que les restitutions des archéologues appartiennent souvnet au domaine du plausible, et non au domaine du certain*” (GALLAY, 1986:127).

“...desde os processos estruturados das relações econômicas e sociais até os conteúdos estruturados dos códigos simbólicos”<sup>19</sup> (HODDER, 1994:163). A análise contextual é marcada pela proposta de interpretação da complementaridade entre semelhanças e diferenças da cultura material e do meio.

A primeira semelhança e diferença é a *temporal*, onde a proximidade temporal entre os objetos resulta em atributos significativos entre eles, mas estes atributos podem ser buscados em outros contextos. O segundo tipo é o *espacial*, e trata da identificação dos significados da cultura material através da sua disposição no sítio, ou em objetos que possuam relações espaciais semelhantes. Estes dois processos de semelhanças e diferenças *temporal* e *espacial* podem ser combinados em uma mesma unidade, formando um terceiro tipo chamado de *unidade de deposição*. Outro elemento a ser levado em consideração, (na busca da complementaridade das diferenças e semelhanças) é a dimensão *tipológica*, fundamental na definição de contextos temporais e espaciais.

As quatro dimensões apresentadas por Hodder definem o que o autor estabelece como os “*significados contextuais*” que, por sua vez, podem ser divididos em dois caminhos. O primeiro caminho contextual é referente ao meio físico e o comportamento presente na “ação”; a compreensão dos objetos só é possível se houver um relacionamento de forma seqüencial deste com o “todo” mais amplo. Um segundo caminho refere-se a cultura material como analogia de um texto, pois os objetos não são mudos, e situam-se no espaço e no tempo e em relação com outros objetos arqueológicos. Assim, esta rede de relações pode se “lida” ou interpretada mediante uma análise consciente que considere a natureza dual da cultura material, como objeto tecnológico funcional e como signo, limitados a um espaço apreensível e outro não. A Arqueologia Contextual, portanto, pode ser definida como uma tentativa de estudo da totalidade do meio relevante, onde o relevante refere-se a uma relação múltipla do objeto com o meio em que está inserido, sendo o estudo desta “teia de relações” necessário para discernir os atributos do objeto.

Porém, segundo Gallay, “...não é possível observar tudo”<sup>20</sup> (GALLAY, 1986:151). Desta forma, as construções elaboradas são frágeis, já que existe uma contradição entre os fatos observados, os quais nunca se pode saber se são representativos dos fatos conservados, e a necessidade de propor explicações globais sobre a hipótese das observações da população de referência. Principalmente quando aspectos “simbólicos” dos

---

<sup>19</sup> “...desde los procesos estructurados de las relaciones sociales y económicas hasta los contenidos estructurados de los códigos simbólicos” (HODDER, 1994:163).

<sup>20</sup> “...il n’est pas possible de tout observer” (GALLAY, 1986:151).

objetos estão presos ao “tempo” em que foram usados. O arqueólogo pode efetivamente escolher as observações que serão registradas. Primeiramente considerando que o progresso científico resulta de uma orientação consciente e metódica das observações em direção a objetivos bem definidos; ou constatando que o conhecimento se enriquece de maneira anárquica e que o acaso das descobertas assume um papel fundamental do progresso do saber. Assim, o valor de uma descoberta decresce com o aumento do conhecimento. Quando nada se sabe sobre um assunto, a menor descoberta aumenta o nosso conhecimento. A situação se inverte quando o conhecimento acumulado começa a formar um todo coerente. O valor da descoberta diminui então rapidamente e torna-se necessário orientar as observações de maneira cada vez mais precisa, buscando os meios para resolver apenas as questões em suspenso.

Desta forma pergunta-se: Os vestígios estudados são representativos da população de sua origem? Para o autor, a resposta “mais comedida” baseia-se em quatro pontos:

1. Certos aspectos são acessíveis, alguns em parte e outros não, então torna-se evidente que domínios tecnológicos e econômicos são mais facilmente alcançados que as relações sociais e os códigos simbólicos.
2. As perdas em cada patamar fazem com que nossas construções sejam plausíveis, mas não certas, já que as construções que propomos são questionadas por cada nova descoberta.
3. Para reduzir e controlar as incertezas é necessário uma reflexão que estabeleça uma relação entre: método hipotético-dedutivo X método dedutivo-hipotético. Onde o primeiro confirma nos fatos observados a realidade das hipóteses; e no segundo as observações devem por si produzir hipóteses.
4. A interpretação necessita sempre fazer referência a um *contexto externo*, e essas referências podem ser de diferentes naturezas (históricas, folclóricas, etnológicas e, em certos casos, simplesmente arqueológicas). Esse conhecimento de referência apresenta duas facetas, as *propriedades* e os *atributos*.

Para uma devida construção de interpretações plausíveis sobre o passado, o primeiro passo é não perder de vista o caráter relativo da dialética entre a prática e a teoria. Assim mesmo uma pesquisa mal fundamentada sob o ponto de vista epistemológico pode ser eficaz; como da mesma forma uma pesquisa articulada e formalmente irrepreensível pode ser estéril nos seus resultados. Pois, segundo Gardin (GARDIN, 1979) são necessários dois componentes para a construção de uma interpretação em arqueologia: a) um sistema semiológico para a representação empírica dos fatos como em um banco de dados, e b) a operação de reescrever os argumentos, as hipóteses e as conclusões em uma perspectiva multivariada, ou seja, que forme um mecanismo da representação (dos dados) e do processo (as formulações) e vice-versa.

Para tanto, Gallay (GALLAY, 1986) propõe desenvolver um *pensamento artesanal* na arqueologia, onde a confrontação com o real é cotidiana e implacável. Dessa constatação ocorre a necessidade da formulação de certos *instrumentos intelectuais* e a necessidade de utilização de *instrumentos técnicos*. Mas, o mais urgente é a formulação de um *saber próprio* da arqueologia, que leve em conta ao mesmo tempo a finalidade da disciplina – que pretende ser tanto uma etnologia e uma história do homem – e as imposições ligadas à natureza dos dados disponíveis. Por isso as reformulações propostas se situam em dois níveis, sendo tanto de fundo quanto de forma.<sup>21</sup> Assim nas ciências humanas, a articulação entre ciência experimental e ciência de observação expressa a melhor perspectiva da construção de um eixo de *leis – regularidades*, tal como o existente nas ciências biológicas. Segundo Gallay, é ainda muito cedo para responder a esta afirmativa mas uma ação pode ser desenvolvida através da utilização de uma epistemologia artesanal, assentada na identificação de certas regularidades.

---

<sup>21</sup> Quanto ao fundo, a arqueologia é controladora apenas dos problemas cronológicos e das questões espaciais. Esses conhecimentos, por sua vez, formam um saber eficaz, já que permite fazer prognósticos e construções que podem ser confirmadas ou refutadas. Mas quanto ao *funcionamento* estas ferramentas tornam-se frequentemente frágeis. Quanto à forma, a constituição de um discurso científico para a arqueologia torna-se um dos principais requisitos, utilizando se necessário o formalismo como maneira de revelar o grau de precisão dos instrumentos intelectuais empregados. Para tanto, é preciso o afastamento do discurso literário e a procura de uma argumentação mais concisa e explícita.

## 2.4 Regularidades na Arqueologia Histórica

“Arqueologia histórica proporciona uma oportunidade sem igual para estudar as mudanças dos papéis de gênero nas sociedades humanas passadas, ou as mudanças em uma perspectiva verdadeiramente multicultural. Arqueologia histórica não é só um meio importante de estudar o passado, mas também um potencial para ensinar sobre nós mesmos. Nós podemos não conseguir narrar as vivências enfrentadas por pessoas que existiram muitos séculos atrás, mas podemos tentar alcançar uma compreensão dos esquecidos e frequentemente compelir histórias de um povo anônimo cujos descendentes estão vivos até hoje”<sup>22</sup> (ORSER & FAGAN, 1995:05).

A arqueologia histórica desponta, enquanto fazer específico, nos Estados Unidos a partir de 1960, como forma de designar o estudo da cultura material dos europeus no Novo Mundo. Inicialmente concentrada na pesquisa dos primeiros colonizadores anglo-saxões, foi aos poucos perdendo essa postura estreita e elitista, com a inclusão também de espanhóis e franceses que colonizaram grandes partes do território norte-americano e, em seguida, passando à estudar grupos africanos e indígenas que estiveram em contato com a sociedade anglo-americana desde a colonização.

“No Brasil, a arqueologia histórica foi importada dos Estados Unidos, ainda durante a ditadura militar, e seguiu, nos seus primeiros passos, os caminhos trilhados na origem, com sua preocupação com os vestígios dos grandes monumentos dos colonizadores, como, em nosso caso, as fortificações. O restabelecimento das liberdades civis, com o fim da ditadura em 1985, e as ampliações de preocupações dos americanos, favoreceram um significativo desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil” (FUNARI, 2003).

Mas para uma aplicabilidade da arqueologia histórica, primeiramente devemos estabelecer seu objeto de estudo. Assim para uma definição de sítio arqueológico histórico na América: *“O sítio histórico é um objeto de estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua até hoje”* (ORSER, 1992:23). Neste sentido amplo, os sítios arqueológicos históricos, além da delimitação temporal, apresentam uma enorme e variada coleção de testemunhos

---

<sup>22</sup> *“Historical archaeology provides a unique opportunity for studying changing gender roles in the past or changing human societies from a truly multicultural perspective. Historical archaeology is important not only because it is a means of studying the past, but because it has the potential to teach us about ourselves. We may not be able to relate to the circumstances faced by people who lived many centuries ago, but we can achieve an understanding of the long-forgotten and often compelling histories of once anonymous folk, whose direct descendants are alive today”* (ORSER & FAGAN, 1995:05).

informativos sobre seus antigos ocupantes. Estes informativos, por sua vez, estão consolidados principalmente em objetos de uso freqüente, por vezes ordinários, que possuem referências importantes sobre sua antiga aplicabilidade, assim como uma identificação na sociedade atual. “*Tal é a preocupação para os objetos do passado, “as pequenas coisas esquecidas”, que são centrais ao trabalho dos arqueólogos históricos*”<sup>23</sup> (DEETZ, 1977:04).

Mas qual é o papel da arqueologia histórica? Quais são seus limites? E principalmente quais são suas regularidades?

A arqueologia histórica - ou o que se poderia chamar uma abordagem material do presente – estabelece algumas regularidades que podem ser obtidas enquanto ferramenta de análise da sociedade atual e recuperação dos informativos sobre certos grupos antigos.

Primeiramente, temos os aspectos econômicos e técnicos, que são os principais elementos apreensíveis nos sítios arqueológicos, que podem ser *instrumentos de produção*, freqüentemente polivalentes, mas que em conjunto com a análise dos *produtos de atividade econômica*, tornam-se perfeitamente apreensíveis. A importância da aquisição e processamento de alimentos em um grupo estudado pode ser apreciada por uma pesquisa direta (restos de alimentação), ou mesmo por elementos indiretos (instrumental de processamento dos alimentos). Já a questão da *circulação dos produtos* integra uma variável suplementar, a dimensão espacial, e nesse nível, é colocada a questão da identificação dos mecanismos responsáveis pela difusão dos produtos no espaço.

E quanto aos aspectos sociais, a dificuldade nasce em parte do fato de que desse ponto em diante o *objeto torna-se signo de seu conteúdo social* e de que todo sistema simbólico apresenta uma estrutura na qual os significantes distinguem-se nitidamente dos significados. Assim, a relação entre o contendor, *o objeto*, e o conteúdo, *o significado*, torna-se arbitrária, e não identificável por conseguinte, caso não se possa dispor de um comentário *ad hoc* fornecido por aqueles que utilizam o símbolo e conhecem o seu conteúdo. Mas a produção econômica de bens possui uma dimensão social não desprezível. Sua análise permite assim abordar certos aspectos da estrutura social. É preciso no entanto insistir que somente as mais claras oposições podem vir a ser identificadas. Pode ser possível por exemplo distinguir sociedades igualitárias e não igualitárias (do ponto de vista da repartição de bens), sociedades que apresentam uma especialização semi-industrial de sociedades artesanais onde produz-se a totalidade de seus próprios bens, mas não será

---

<sup>23</sup> “*Such a concern for the material objects of the past, the “small things forgotten”, is central to the work of historical archaeologists*” (DEETZ, 1977:04).

possível ir mais longe com base apenas nos fatos materiais. Se é ilusório querer restituir os símbolos da sociedade a partir unicamente dos objetos fabricados, a análise do meio, das construções e das estruturas oferece uma via certamente mais fecunda para uma análise da estruturação do espaço da sociedade, das modalidades de distribuição da riqueza e da importância do poder político. O duplo aspecto, funcional e simbólico, dos fatos materiais infelizmente torna essa busca delicada, na medida em que apenas os aspectos funcionais são suscetíveis de uma certa generalização.

Além da atividade técnica e econômica e da estrutura social, situa-se a vida religiosa ou metafísica, onde o signo não é sempre reconhecível, a ligação entre a realidade e sua representação obedece a regras que mascaram as pistas, e o símbolo pode ser considerado como arbitrário, o mesmo tema pode oferecer conteúdos com características variáveis; no sentido inverso, um mesmo conteúdo pode ser expresso de diversas maneiras, pois a relação forma-sentido é arbitrária.

“Todos os objetos criados especificamente para o comércio, não importando o que seja, são chamados *mercadorias*. (...) As mercadorias possuem, ao menos, três tipos diferentes de valor: *valor de uso*, o potencial de um objeto de ter uma função clara; *valor de troca*, a quantia que um objeto pode esperar valer em uma troca; e o *valor de estimação* ou *estético*, a capacidade que um objeto tem de evocar o prazer ou um sentido específico. A maior parte dos artefatos encontrados em sítios históricos são mercadorias, feitas em ambiente industrial e vendidas e usadas por pessoas que não as produziram. Os compradores ou receptores destes objetos podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de quilômetros dos produtores. Produtores e consumidores, provavelmente, nunca se encontraram. Isto separa radicalmente os períodos históricos e pré-históricos” (ORSER, 1992:98-99).

Aqui devemos explorar melhor a arqueologia histórica, pois segundo o autor Charles Orser “...a arqueologia histórica estudaria os objetos que são semelhantes, tanto em forma quanto em função, àqueles hoje em uso” (ORSER, 1992:32). São vasos de cerâmica, garrafas de vidro, botões de roupa etc, que mantêm-se em nosso cotidiano, com suas semelhanças e em alguns casos até por sua diferença, mas além dos vestígios em si, também o contexto do sítio é melhor apreendido pelo arqueólogo histórico, pois tratam-se em sua maioria de casas, fábricas, fortes etc.

“Uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta, de que elas podem ser “lidas” da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo” (ORSER, 1992:37). Desta forma o

espaço e o objeto, ou seja quase todo o vestígio material encontrado em um sítio arqueológico histórico é passível de uma comparação sincrônica e contemporânea para a busca de seu entendimento por vezes diacrônico.

Mas não é somente o sítio arqueológico a única fonte de informação sobre o passado da sociedade atual. *“Claro que, muito da arqueologia histórica provem quando se cava os sítios arqueológicos, mas estes locais não são fonte exclusiva de informação. Eles podem prover informação que não está disponível em outras fontes”* (DEETZ, 1977:06).

Quanto as outras “fontes” de informação para arqueologia histórica, temos os documentos escritos, que apresentam informações adicionais ao sítio, mas que da mesma forma, podem tornar-se antagônicos aos resultados da pesquisa. Demonstrando um enorme valor tanto para completar, e as vezes orientar a pesquisa, como também ser um fator de contraponto, que por sua vez, acaba por validar ainda mais o estudo. Da mesma forma outros dois tipos de fontes são de uso freqüente nas pesquisas arqueológico-históricas, as informações orais e iconográficas, também passíveis de uma comprovação ou refutação, que acabam sempre por acrescentar algo ao entendimento do sítio.

Portanto a pesquisa em arqueologia histórica, acaba por passar em meio a um conflito de perspectivas: o de ser tratada ora como uma forma de historiografia com objetos, ou ora como uma forma de antropologia em sociedades pré e capitalistas.

“A questão de saber se a perspectiva histórica ou antropológica iria dominar a arqueologia histórica foi um grande tema de discussão nos anos 1960 e 1970, período de formação e desenvolvimento desta disciplina. Apesar de essa questão não ter sido nunca verdadeiramente resolvida, a grande maioria dos arqueólogos diria, hoje, que seu campo de pesquisa compreende *tanto* a história como a antropologia, mais um grande número de campos correlatos, incluindo a geografia histórica e cultural, a economia, a política e a cartografia. A arqueologia histórica não é nem mesmo uma junção da história e da antropologia, mas, simplesmente, a arqueologia histórica, um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens” (ORSER, 1992:27).

Mas enquanto análise científica de um objeto definido, a arqueologia histórica perpassa estas indagações e assume várias facetas. E que pode ser interpretada como um estudo êmico de grupos antigos, uma investigação do passado recente, ou mesmo uma etnografia da sociedade atual.

“Sob este ponto de vista, a compreensão das novas práticas só é possível atendendo à particularidade dos contextos em que estas se manifestam. Isto é, considerando-as à luz de sua história e avaliando-as de acordo com suas múltiplas significações, levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social” (SENATORE & ZARANKIN, 2002:08).

Para o estudo êmico de grupos antigos, determina-se que, tanto os vestígios materiais como as estruturas remanescentes apresentam-se enquanto fontes de maior potencial para a pesquisa das práticas cotidianas de sociedades passadas. Visto que estes sítios são compostos de vestígios arqueológicos relacionados sobretudo a atividades rotineiras e inconscientes, e que exercem um papel determinante na forma como as pessoas organizam e utilizam o local em que vivem. Assim, se por um lado a produção, processamento e consumo de alimentos, as práticas de descarte, o espaço de trabalho, as técnicas construtivas, os cuidados com o corpo, entre outros, atuam como marcadores de produção e reprodução social, econômica ou mesmo étnica, por outro, a pesquisa permite recuperar a materialidade de certas visões de mundo, significados culturais e identidades sociais.

“De nosso ponto de vista, consideramos que um dos temas de maior relevância para a compreensão da sociedade moderna são as mudanças no uso da cultura material na construção de identidades, tanto no que se refere a etnicidade, status, como a gênero e idade. Estas mudanças expressam novas hierarquias e relações de poder” (SENATORE & ZARANKIN, 2002:09).

A arqueologia histórica, enquanto investigação do passado recente, torna-se um potencial de (re)construção do legado de determinados segmentos sociais até então marginais na historiografia tradicional. Para tanto, possui um grande valor histórico, enquanto fonte primária para a pesquisa do centro-oeste. Desta forma, os elementos trabalhados neste estudo do passado, recente ou moderno, são principalmente os objetos de uso cotidiano que possuem uma trajetória narrativa e um valor cultural, junto ao contexto em que estão inseridos, combinando tanto evidências de presença humana, quanto informações advindas de outras fontes, escritas, orais, iconográficas, que transformam-se no registro factual destas sociedades. Trazendo à tona manifestações, expressões, e realidades negligenciadas em outras fontes, as quais por limitações temporais, de poder ou predileção, não contemplam.

E por fim, a arqueologia histórica como uma etnografia da sociedade atual transforma-se em um elemento gerador de reflexão sobre a formação, desenvolvimento e atualidade da sociedade, bem como um enorme valor de estudo sobre grupos díspares, mas

de referência direta à sociedade atual. Assim, o conflito criado pelo desvelamento de outras visões de mundo, combinadas com sua trajetória histórica, recriam a percepção presente de modos de vida. Este trabalho acaba por implicar a restituição de sentido aos testemunhos materiais que relacionam-se diretamente ao cotidiano, provocando a reapropriação destes bens, levando à construção de uma memória coletiva, porém crítica.

Portanto, a arqueologia histórica é favorecida pela proximidade das relações estabelecidas entre o monumento arqueológico<sup>24</sup> e os habitantes do local. A arqueologia histórica surge da necessidade de se pensar a sociedade como um todo, ocupada por diferentes grupos, econômicos, étnicos e ou temporais, os quais interagem numa trama de relações expressas em modos distintos de apropriação do espaço, padrões de comportamento e representações simbólicas. Neste sentido, os testemunhos materiais de ações humanas constituem signos de outros tempos e constituintes de um processo dinâmico de construção de identidades coletivas, evocando memórias e sensações de pertencimento na qual os sujeitos presentes e passados estão implicados. E tudo isto partindo do que nos é comum.

“O que diferencia a arqueologia histórica é o seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias. Estes elementos históricos do passado recente constituem o mundo moderno, e grande parte desta constituição, ainda que extremamente complexa em sua compreensão, é levada a cabo com objetos materiais” (ORSER, 1992:28).

Desta forma, a arqueologia histórica torna-se um instrumento de vocação intrigante sobre o passado, e um meio potencial para a construção de identidades coletivas sobre testemunhos até então desapropriados.

## 2.5 A construção do Patrimônio Arqueológico.

“Mas, para além de ser uma forma de conhecimento, e sobretudo um modo de ver a realidade, a arqueologia é também uma actividade profissional, um serviço, que incide sobre uma área do património cultural permanentemente ameaçada pelas grandes obras contemporâneas e, portanto, com importância crescente no mundo em que vivemos” (JORGE, 2000:11).

---

<sup>24</sup>Conforme J. C. Gardin que considera “monumentos” todas as representações da variabilidade da cultura material, incluindo desde os “fabricados” (objetos manufaturados) aos “ecofatos” (recursos naturais modificados) (GARDIN, 1979:17-19).

A problemática de se lidar com uma definição do quem vem a ser o patrimônio arqueológico presente em diversas discussões, desde o pensar no âmbito científico até a prática da proteção sobre os bens ameaçados, expõe a necessidade de um exercício sobre este termo. Mas, a primeira pergunta a se fazer é: o que é patrimônio arqueológico?

Como uma resposta inicial podemos utilizar as formulações da Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico (1992), como também da Carta de Lausanne (ICOMOS/ICHAHM, 1990) sobre Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Portanto, para fins legais, fica estabelecido que o patrimônio arqueológico é todo produto material que faça relação ou alusão à memória humana; esteja em superfície, no subsolo ou sob às águas. Assim, serão considerados elementos do patrimônio arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios; cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade (tempo) e a sua relação com o ambiente (espaço); e cuja principal fonte de informação é constituída por métodos arqueológicos que forneçam os conhecimentos primários a cerca do tema. Assim podemos estender e perguntar: o que entendemos por Patrimônio Arqueológico Brasileiro?

“Antes de considerarmos propriamente o patrimônio arqueológico brasileiro, é preciso ainda esclarecer outras questões preliminares. De início, salienta-se que tal patrimônio é constituído por coisas físicas, restos materiais de atividade cultural e seu contexto. Esses vestígios, mais tecnicamente, teriam que ser considerados componentes da *cultura material*, isto é, aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas como a Natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano. Os artefatos, segundo tal partido, teriam que ser compreendidos, em última instância, como *produtos* de relações sociais, de um lado, e como *vetores* dessas mesmas relações sociais, de outro. Em segundo lugar, convém afirmar que a unidade empírica básica da arqueologia é o sítio arqueológico, compreendido como um espaço de concentração de vestígios arqueológicos, mas constituindo ele próprio um “artefato” e não somente o depósito de “achados” arqueológicos”(MENESES, 1987:186).

O autor Ulpiano Bezerra de Menezes, nos apresenta em seguida quais são as diretrizes para o entendimento e conseqüentemente valorização do patrimônio arqueológico (aqui especificamente brasileiro). Centrado em um jogo de desconstrução e construção, a importância do patrimônio arqueológico revela-se de forma extensível e

completa, pois a percepção de sua preservação ou contribuição é alicerçada sobre questões gerais, campo que envolve toda a sociedade.

Assim, conforme o autor, são três as classes que determinam o afastamento e desvalorização do patrimônio nacional: primeiro, a relação do patrimônio com as raízes da cultura brasileira, e aqui ocorre uma distinção, ou *“ruptura e descontinuidade”*, em que os elementos arqueológicos referentes à diferentes grupos (indígenas, negros, portugueses, etc) são apropriados e significados de forma desigual, propagando o pensamento segregacionista e elitista da sociedade. Em segundo, que os elementos referentes a estes mesmos grupos, por sua vez, também possuem uma significação restrita e segmentada quando tratados isoladamente, *“...por seu lado, o ufanismo não encontraria muito combustível numa competição de contribuições à humanidade...”* (MENESES, 1987:187), pois a *“vulgarização”* dos achados ou sua *“universalização”*, por muitas vezes, está comprometida aos limites do próprio achado, se não bem explorado. E por fim, quanto aos sítios em si, pois à estes falta o *“...espetaculoso como os Andes ou a Mesoamérica”* (MENESES, 1987:187), onde a falta do visível, do grandioso, por vezes, limita ainda mais sua popularização, disseminação e apropriação entre toda a sociedade.

Mas diferentemente outros elementos, agora de valorização, apresentam maiores justificativas para a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, e aqui novamente são colocadas três classes. Primeira, a *razão científica*, pois os sítios, *“independentemente de sua expressão formal ou interesse estético, são matéria-prima essencial para o conhecimento científico”* (MENESES, 1987:188). Aqui os achados absorvem tanto um valor nacional quanto internacional, representando toda a humanidade e seus segmentos em processo diacrônico. Em segundo, temos a *razão afetiva* onde, *“...se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a “pertença” está em cena o conteúdo espacial da existência”* (MENESES, 1987:188). Pois o homem mantém no *“espaço”*, referências e identificações diretas com o lugar em que habita ou com lugar que tem por herança, em um processo sincrônico. E por último temos a *razão política*, *“...e por “político” é bom desde logo entender aquilo que diz respeito à polis, à cidade governada por seus cidadãos; portanto, à cidadania”* (MENESES, 1987:189). E neste campo ficam entrelaçadas as razões pessoais, em somatória com a percepção social e plural do patrimônio arqueológico, que, ao mesmo tempo, além de representativo de alguns, interfere e interage com a vivência de muitos. *“Como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi*

*expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração*” (MENESES, 1987:189). Assim em separado ou em conjunto estes são alguns elementos significantes para o patrimônio arqueológico brasileiro.

Mas na constituição do que vem a ser patrimônio arqueológico permanece uma questão que merece ainda acuro e para tanto vamos explorá-la mais um pouco.

Segundo o pensamento do arqueólogo e poeta Vitor Oliveira Jorge, o patrimônio arqueológico existe em qualquer meio, seja terrestre ou aquático, e caracteriza-se por sua dispersão no espaço, estando oculto ou não, e portanto pode ser sintetizado como: qualquer modificação na fisionomia natural. *“Precisamos também de sublinhar constantemente esta especificidade do património arqueológico: como disse, ele está, em larga medida, oculto”* (JORGE, 2000:62). Mas, para o autor a idéia de patrimônio e de arqueologia são conceitos separados, porém utilizados muitas vezes vulgarmente em conjunto. O primeiro encerra não só o valor de concreto, mas também de proposta, quando torna-se elemento de cidadania e identidade, porque prega e exacerba o valor sentimental que possui. A arqueologia, por sua vez, é um saber, e como tal palco de ambigüidades, de um lado vista como pormenor da história, como estudo de restos, e de outro como uma forma de ver o mundo, compreender a realidade material que nos cerca. Porém para o autor esta realidade e conseqüentemente este “tipo” de patrimônio, o arqueológico, passa por uma certa noção:

“Ora, essa realidade que nos rodeia não é, num certo sentido, nossa contemporânea; é anterior a nós, não nasceu conosco, foi em larga medida “herdada”, e é em função do sentido activo que prestamos a essa herança que a podemos reorientar de forma consciente e criativa. O mundo que nos envolve, a que pertencemos, está pejado de materialidades que foram implantadas pelos nossos antecessores; é um mundo arqueológico. Nesta acepção, arqueológico não é apenas o que está soterrado ou submerso, ou o que desponta ou emerge como ruína. Não é apenas o que escavamos e trazemos à luz. Arqueológico é todo o espaço, todo o conjunto de realidades materiais em que vivemos, e que balizam os nossos movimentos e dão sentido às nossas acções. Não devemos actuar sobre esse mundo como predadores, ou como engenhosas crianças que pudessem montar e desmontar as peças de um “mecano” como se de um brinquedo se tratasse. Há uma ética da nossa relação com o mundo material, com a memória colectiva, como há na relação com os outros e conosco próprios. A arqueologia é um modo de ver o mundo que o instaura como palco de um conjunto infinito de acções, cuja inteligibilidade só pode vislumbrar se formos capazes de tentar reconstituir a respectiva cadeia” (JORGE, 2000:130).

Portanto, para o autor, a arqueologia traspassa o seu próprio objeto e por sua vez torna-se um processo ativo e dinâmico, um elo de ligação entre a materialidade e a cultura, transmitindo todo este valor ao patrimônio arqueológico. A arqueologia é feita de “passado”, mas projeta-se para o “futuro” e a idéia de patrimônio é uma representação deste futuro pretendido. Com este discurso político, a arqueologia, no entender de Oliveira Jorge, vai além de um mero acúmulo de técnicas para ser uma forma de ver o mundo. O patrimônio arqueológico é tido como um sinal palpável de coesão social, onde a representação plural está materialmente consolidada, e estes “sinais” não são formados só pelo monumento, mas por todo o envolvente que quase se confunde com o meio-ambiente, com as pessoas, com idéias, com as ações. *“O que o passado nos legou foram paisagens inteiras humanizadas – e não apenas sítios, ou imóveis particularmente notáveis”* (JORGE, 2000:91). Para a arqueologia de Oliveira Jorge, o patrimônio não é estático, mas escondido e por vezes até despercebido, em coisas frugais ou como mais ordinariamente dito – o “lixo” – mas que através do “olhar do arqueólogo” pode ser devolvido a sociedade, realmente desvelado de forma (re)significada e esclarecida. A sociedade que por sua essência é plural, torna-se palco de representação onde uma ciência social que lida com o trivial, com o cotidiano, pode e deve dar voz a todos. Assim a arqueologia, e por conseguinte o seu objeto de estudo assume um papel democrático, como representante direto de todos e para todos.

“Os arqueólogos não são as únicas pessoas com genuíno interesse no passado. Como outros, o foco particular dos arqueólogos pode ser seletivo (cerâmica ou reis?). Como as teorias arqueológicas mudam, novos aspectos de variabilidade assumem significado. Os arqueólogos não estão sozinhos em considerar o conhecimento do passado como um valioso produto, nem estão eles imunes às políticas que envolvem o controle de algum recurso avaliado. Contudo, os arqueólogos ocidentais trabalhando no terceiro e quarto mundo têm uma qualidade singular: eles são membros de um sistema de política dominante”<sup>25</sup> (LAYTON, 1989:18).

Com isto uma atitude política se faz necessária no fazer arqueológico.

---

<sup>25</sup> *“The archaeologists are not the only people with genuine interest in the past. How other, can the focus peculiar of the archaeologists be selective (ceramic or kings?). How do the archaeological theories change, do new variability aspects assume meaning. The archaeologists are not alone in considering the knowledge of the past as a valuable product, nor they are them immune ace politics that involve the control of some appraised resource. However, the western archaeologists working in the third and fourth world has a singular quality: they are members of a system of dominant politics”* (LAYTON, 1989:18).

*“A arqueologia estuda a realidade material – mas essa realidade material, ao ser instituída como objecto científico, torna-se numa realidade teórica, produto de uma grelha conceptual”* (JORGE, 2000:132). Este pensamento do autor retoma o que já foi discutido anteriormente, quando da apresentação da arqueologia e do patrimônio na forma de construções intelectuais, e assim a proposta a ser seguida neste plano também perpassa pela noção de ética na práxis arqueológica, ou na construção do patrimônio arqueológico.

Segundo Randall H. MacGuire, por durante mais de três décadas os arqueólogos procuraram elaborar teorias, filosofias, metodologias ou técnicas que fossem capazes de responder às questões impostas pelo passado. Mas o mais importante, segundo o autor, neste estudo do patrimônio arqueológico é a noção de práxis, já que *“...os arqueólogos construíram um conhecimento acreditável do passado em um compromisso ativo e num diálogo entre eles mesmos e a cultura material que era estudada”*<sup>26</sup> (MACGUIRE, 1992:248). E para isto tem-se sempre claro que nunca consegue-se um perfeito conhecimento do passado, mas séries sucessivas de aproximações e que o mais fundamental neste processo é justamente a dialética imposta e o produto proveniente entre o passado e o presente, consciência e realidade e principalmente entre “a teoria e a prática”.

Pois é nas colocações de Ruiz Zapatero que encontramos algumas reflexões sobre a práxis na arqueologia, principal referencial para a construção de uma síntese entre pensar e fazer o patrimônio arqueológico. Já que a práxis, como forma de superação, é vivida de diversas maneiras não só como ciência mas enquanto política, social, pública e, porque não, verdadeira.

“Os ícones arqueológicos como referentes de prestígios são hoje uma realidade. E são uma realidade que – nós gostemos ou não – vão crescer em um futuro imediato. Minha argumentação é que é uma realidade que vai bastante além de uma invenção e que os arqueólogos deveriam ocupar-se da seguinte maneira: (1) analisando o conteúdo e revelando como as construções não são inocentes, (2) avaliando a sua importância e alcance porque, de alguma forma, revelam indiretamente o nível de profundidade da arqueologia em cada sociedade, como reflexo do que se considera “culturalmente correto”, (3) denunciando as construções espúrias que distorçam o passado para produzir unicamente desinformação histórica, e (4) valorando os casos em que os referentes de prestígio são válidos com a

---

<sup>26</sup> *“...the archaologists have built up a credible knowledge of the past through na active engagement in a dialogue between ourselves and the material culture we study.”* (MACGUIRE, 1992:248)

perspectiva arqueológica, porque podem ser utilizados, como ponto de apoio para uma boa divulgação arqueológica”<sup>27</sup> (Ruiz Zapatero, 2002).

Desta forma não podemos perder de vista que o patrimônio arqueológico é o produto de vestígios pesquisados, somado à valores atribuídos pelos arqueólogos. Através de um processo que compreende tanto os limites e regularidades da realidade material, quanto o universo de formulações intelectuais do pesquisador. Portanto o patrimônio arqueológico enquanto construção é um fato, não que com isto perca seu caráter concreto, mas que, de forma alguma podemos negar seu valor abstrato, que em suma, é o próprio posicionamento político do pesquisador.

Assim como orientação teórica deste plano de gestão propõe-se uma consciência explícita do que vem a ser tanto o patrimônio quanto arqueologia e como estes dois universos podem ser administrados em um monumento como o sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*.

---

<sup>27</sup> “Los iconos arqueológicos como referentes de prestigio son hoy una realidad. Y son una realidad que - nos guste o no - va crecer en el futuro inmediato. Mi argumentación es que son una realidad que va bastante más allá de la anécdota y que los arqueólogos deberíamos ocuparnos de ellos de la siguiente manera: (1) analizando su contenido y revelando cómo son construcciones no-inocentes, (2) evaluando su importancia y alcance porque, de alguna forma, revelan indirectamente el nivel de calado de la arqueología en cada sociedad, aunque sólo sea como reflejo de lo que se considera “culturalmente correcto”, (3) denunciando las construcciones espurias que tergiversan y distorsionan el pasado para producir únicamente desinformación histórica, y (4) valorando los casos en que los referentes de prestigio son válidos desde la perspectiva arqueológica, porque pueden ser utilizados como puntos de apoyo para una buena divulgación arqueológica” (Ruiz Zapatero, 2002). Documento da Internet.

### 03. Justificativa

O sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* constitui em si um monumento que permite a síntese de elementos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio ali consolidado, elementos estes que devem ser geridos sob a perspectiva da arqueologia histórica para que o seu valor enquanto patrimônio cultural seja legitimado, assegurando a sua preservação, estudo e integração à sociedade local. (figura 02)

Assim, como forma de caracterizar este patrimônio arqueológico, faremos primeiramente um passeio retrospectivo apresentando a importância das *Lavras do Abade* para um melhor entendimento da história da mineração no país; seu desenvolvimento e importância também para a própria história de Goiás, onde o período em questão está associado a diferentes concepções e interpretações historiográficas. Por outro lado, também pretende-se o resgate do valor cultural das *Lavras do Abade* para a sociedade pirenopolina, enquanto um dos marcos fomentadores e referenciais para a formação e desenvolvimento do antigo núcleo meiapontense. (figura 03)

Em seguida, apreciaremos a riqueza inata deste patrimônio arqueológico, formado por seu valor histórico e antropológico consolidado ao longo de anos na cultura material presente. Cultura material esta que é apreensível tanto por seus atributos internos: informações advindas do próprio objeto de estudo como as ruínas, artefatos e manejo da área, quanto por seus atributos externos: informações que podem ser acrescidas através de outras fontes como documentos, imagens e memórias. (figura 04)

Atualmente está sendo desenvolvido um projeto de implementação de um complexo turístico e residencial para a área das *Lavras do Abade*, visando a exploração desse patrimônio arqueológico. Desta forma, além da arqueologia, a museologia e o turismo também representam veículos importantes de divulgação cultural e ambiental, e emergem como instrumentos de reafirmação cultural e promoção de ecossistemas naturais. Entretanto o fomento das atividades turísticas e museológicas implica no crescimento de um fluxo de visitantes que pode desencadear uma série de impactos ambientais e sociais, justificando a necessidade da formulação de diagnósticos pertinentes que possibilitem estabelecer ações de uso responsável e que primem pelo desenvolvimento econômico e pela conservação dos recursos.

Considerando a importância do sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, surge a necessidade de uma ação urgente para a preservação e valorização deste patrimônio. Para tanto buscamos através de um entendimento e exposição do seu valor arqueológico, histórico e natural, as diretrizes fundamentais para orientar e valorar as ações propostas neste plano de gestão.

### 3.1 Uma Breve Revisão Historiográfica da Mineração.

“As conseqüências sociais e econômicas que resultam do estabelecimento da garimpagem numa determinada região se repercutem muito além dos garimpos em si mesmos, mas um bom ponto para começar é com o efeito da corrida do ouro numa economia local quando a garimpagem se desencadeia numa determinada área. Muitos comentaristas registram que a garipagem estimula as economias locais, mas a rica e diversa série de estímulos que ela provoca não foi nem extensamente descrita nem totalmente apreciada” (CLEARY, 1992:199).

A história da mineração no Brasil sempre esteve associada com a própria história de espoliação colonial do país, iniciada com extrativismo do Pau-brasil, passando para as grandes *plantations* de cana, seguindo pela procura de metais e pedras preciosas e encerrando este aparente ciclo com a produção de café e o ensejo da industrialização.

O início da mineração do Brasil ocorre nas primeiras catas ou garimpos implantados em São Paulo, em São Vicente, e no Vale da Ribeira por bandeirantes paulistas que depois espalham-se por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A exploração neste primeiro momento concentra-se nos leitos dos rios e nas margens, com a utilização de trabalho escravo, para depois seguir pelas encostas até alcançar o topo dos morros.

Nos rios, o ouro e os diamantes dos aluviões eram retirados manualmente, com pás, lançando-os em calhas para depois serem bateados (lavados e peneirados), enquanto que o cascalho proveniente do leito era descartado em acúmulos próximos ao local de extração. Quanto aos veios horizontais que penetravam as encostas, estes eram perseguidos por galerias escavadas com ponteiros e malhos de ferro e, quando necessário, também com o auxílio da pólvora. Os poços verticais ou inclinados acompanhavam as camadas ou veios verticais, perfurados de mesma forma, sendo o minério içado em baldes de madeira por sarilhos manuais. As aberturas eram estreitas e pouco iluminadas, o que dificultava o trabalho e causava vários danos à saúde dos escravos. A falta de conhecimento geológico também dificultava todavia o trabalho. Assim como:

*“As ferramentas utilizadas para a extração do minério eram rudimentares e pouco resistentes, feitas normalmente de ferro caldeado ou forjado, e até o século XIX, produzido quase que com exclusividade nas forjas catalãs em Minas Gerais”*( GERMANY, 2002).

As primeiras explorações em lavras, utilizando instrumental sofisticado, foram as de ouro iniciadas em 1819 com a abertura da Mina da Passagem, em Mariana, Minas Gerais pelo Barão de Eschwege. A exploração das lavras ocorria em depósitos localizados nas encostas de serra, ou mesmo na parte superior dos morros.

“O mineiro denomina essas ocorrências de *grupiarias; lavra*, ou *serviço de grupiara*, aos trabalhos nelas executados. O modo de execução dos serviços é o seguinte: antes de qualquer providência, procura-se levar a água até o ponto mais elevado da *grupiara*, o que se faz geralmente por meio de um rego de uma légua de extensão. Quando se dispõe de água suficiente, é possível trabalhar sem interrupção. Caso contrário, represa-se a água existente, que é então solta de tempo em tempo, a fim de obter força bastante para arrastar e lavar a terra, que é tirada por meio das chamadas cavadeiras, munidas de ponteira de ferro.

Para o serviço ser feito regularmente e não deixar de lado nenhum trecho de terreno aurífero, que a água não poderia carrear, torna-se sobretudo necessário que o canal de nível não seja desmoronado pelas águas e, assim, inutilizado. Do canal principal partem muitos outros, pelo morro abaixo, na formação, uns próximos aos outros. A terra rica é então arrastada pela água que vem do alto. Como não é somente o canal inferior que contém ouro, mas também toda a massa, junta-se o material em um canal ao pé do morro, este que possui uma sucessão de barragens em degraus. Quando o canal está cheio, o conteúdo é bem revolvido, até que a terra estéril seja arrasada. O que fica, mais pesado, deposita-se no fundo, de onde é retirado para as *canoas*”<sup>28</sup> (ESCHWEGE, 1978: 172-173).

Já as operações com *talho aberto*, caso das *Lavras do Abade*, é uma variante da exploração em lavras apresentada por Eschwege acima, e utilizava o desmonte hidráulico - tipo específico de maquinário. Estas operações, além de terem alto custo devido ao elevado consumo de energia, também eram consideradas extremamente poluidoras exigindo cuidados especiais em sua aplicação. *“Tais trabalhos eram dispendiosos, pois requeriam a condução da água de locais às vezes muito distantes. Outro problema sério eram os constantes desmoronamentos”* (Companhia Vale do Rio Doce, 1992:56). Os exemplos mais antigos no Brasil de uso do desmonte hidráulico são as lavras de cassiterita e tantalita em São JoãoD’el Rey Minas Gerais. Este tipo de exploração torna-se de uso comum a partir do final do século XIX, com a entrada em cena das companhias de mineração estrangeiras

---

<sup>28</sup> Extraído do “Pluto Brasiliensis” de 1833.

que trouxeram inovações tecnológicas e investimentos ao Brasil. “*Os anos 1880 marcaram a entrada de capitais franceses na mineração brasileira*” (CVRD, 1992:120). Mas apesar desta “percepção” a respeito da exploração aurífera no final do século XIX no país, boa parte da historiografia a respeito do assunto não contempla a instalação da Companhia Prado nas *Lavras do Abade* em Pirenópolis, Goiás. “*A produção aurífera de Mato Grosso e Goiás foi insignificante ao longo de todo o século (XIX), limitando-se praticamente ao ouro de aluvião retirado por faiscadores*” (CVRD, 1992:122).

“Em Goiás, a mineração de morro quase não foi praticada. Saint-Hilaire afirma que aqui só se exploraram as formações superficiais, sem nenhum tipo de instalação permanente, de tal forma que uma nova redistribuição das terras auríferas a companhias, que ele propunha como único meio de revitalização, não encontraria obstáculos por parte de direitos adquiridos, o que já não ocorria em Minas. Concorda com essa afirmação a de Eschwege, embora de maneira mais genérica: “com efeito”, escreve de Goiás, “as rochas ainda estão intactas, e em sua maioria os sítios auríferos só foram trabalhados na superfície” (PALACÍN, 2001:65).

Portanto para um melhor aprofundamento no contexto da mineração em Goiás no final do século XIX, devemos primeiramente retornar a própria historiografia do estado e investigar quais as causas do desconhecimento, senão sonegação, de tal assunto. Desta forma, elabora-se uma visão mais completa do período e do espaço nos quais o nosso objeto de estudo, as *Lavras do Abade*, está implantado.

### 3.2 Oportunidade e/ou Decadência no Brasil Central ?

“ O século XIX em Goiás foi um momento bastante complexo, e, por vezes, isso tem causado problemas para seu estudo” (RIBEIRO, 2001: 26).

É através da busca de uma solução para esta afirmativa, que esta pesquisa constitui-se em uma forma de pensar a história de Goiás não só pelos valores já aprendidos, mas pelas brechas deixadas no transcorrer do dia-a-dia, na prática cotidiana, no fazer inconsciente do homem comum. O Goiás do final do século XIX e início do século XX é uma região que torna-se palco de inúmeras transformações econômicas e sociais, e que mesmo longe dos centros costeiros recebe o choque das modificações da época. Transformações estas que podem ser apreendidas na colocação a seguir.

“Esse também foi o período de maior expansão do imperialismo europeu. As concepções de civilização e cultura, ligadas à expansão econômica européia, causaram impactos profundos nas sociedades dominadas e implicaram a criação de mecanismos que reproduziam as relações de poder e alteraram não só as estruturas mas a vida quotidiana nessas regiões. Foram importadas doutrinas sociais, filosóficas e científicas, padrões de comportamento e higienização, bem como modelos de organização familiar” (RIBEIRO, 2001: 47).

Mas antes de prosseguir, façamos um retrospectiva rápida sobre esta região, que vai ter ao longo do século XVIII uma colonização irregular e instável, iniciada com a descoberta do ouro, e durante o século XIX, um crescimento vagaroso, desta vez movido pela pecuária e agricultura; e, a partir do início do século XX, torna-se palco de modificações políticas profundas, no estado e no país.<sup>29</sup>

O passado do ouro lega um período de aparente fausto, iniciando com a chegada dos primeiros bandeirantes até o esgotamento dos veios auríferos. A exploração do sertão inicia-se com as primeiras entradas promovidas por paulistas e jesuítas, tanto em busca de riquezas minerais como de mão-de-obra indígena. O povoamento segue o barulho das bateias, e a agricultura e a pecuária executadas na época são de subsistência. A disputa pelas lavras é travada tanto internamente entre mineradores, como externamente por paulistas e portugueses, enquanto o desvio do “direito senhorial” sobre o ouro torna-se corrente pelas vias fluviais e caminhos.

A sociedade fundada sobre o “vil metal”, que se estrutura nas minas, é caracterizada pelo relaxamento de costumes, pela violência e direitos diferenciados. Alicerçada entre os possuidores de liberdade e os que não a possuem, dois elementos são fundamentais, de um lado o mineiro e do outro o escravo.

“Ser mineiro era a profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiros, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada. Mesmo após muitos anos de decadência da mineração, esta continuava a ser a forma de pensar do povo em Goiás. Isto explica que, além da mineração, não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas auríferas. (...) A vida do escravo nas minas era extraordinariamente dura. Em primeiro lugar, todos os males do garimpo: trabalho esgotador, má alimentação (os escravos alimentavam-se quase que exclusivamente de milho) e graves doenças (reumatismo, pelo contínuo trabalho com os pés na água, doenças da coluna e dos rins, pelo trabalho curvado com o sol nas costas, enfermidades venéreas e verminoses etc). A isto há

---

<sup>29</sup> Mudança da capital, construção de Brasília, ascensão das oligarquias rurais.

de se acrescentar os males da falta de liberdade: arbitrariedades, castigos. Eram considerados mais como coisas que como pessoas” (PALACÍN, 2001:19-34).

A persistência do contrabando e as lutas internas levou o governo de São Paulo a solicitar, junto à coroa, que fosse criada a capitania de Goiás. A ineficiência dos registros e de outras medidas coercitivas ao contrabando e a esperança de arrecadações mais vantajosas provocam a substituição do quinto pela capitação. O novo imposto obedecia a porcentagens variáveis de acordo com o número de escravos.

Os casamentos são raros, predominando ao longo do período colonial as ligações livres. O grande número de escravos, entre 13 e 14 mil no ano de 1736, e a falta de mulheres brancas conduzem à miscigenação. Assim, no final do séc. XVIII, os brancos representam a minoria no contexto populacional, em torno de 12%, enquanto os escravos constituem 41% e os mulatos ou mestiços 31% restantes. Este terceiro elemento que começa a se formar logo chama a atenção. *“Depois de algum tempo, havia mulatos em todos os níveis da sociedade: no exército, no sacerdócio, entre os grandes proprietários”* (PALACÍN, 2001:37). Mas, é claro que nesta sociedade estamental o legado da escravidão cobrava ainda seu preço e a distinção maior dava-se em nome da cor.

O comércio e as comunicações até a segunda metade do séc. XVIII foram determinados pela mineração. O comércio é dificultado devido aos transportes deficientes e elevados impostos, enquanto os caminhos para o exterior são os mesmos dos primeiros tempos, voltados para o sudeste. A importação de produtos agrícolas e pastoris da costa é sempre superior à exportação. *“As minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e dos comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo”* (PALACÍN, 2001:18).

Este era portanto o panorama neste Brasil interiorano do final do século XVIII, onde o sentimento advindo do suor no fundo das galerias ou no barulho das batéias constróem uma visão idílica que no século seguinte começa a ser desmontada, substituída e de alguma forma negada.

Os ares de mudança inundam o século XIX. Transformações na Europa e no Brasil atingem o cerrado e com elas modificações e imposições começam a enraizar-se.

“Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como sal, ferramentas etc” (PALACÍN, 2001:48).

O que se pode constatar é que com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a política governamental orienta-se rumo à integração e valorização dos domínios. O centro-oeste é visto como uma opção de expansão através do aproveitamento das vias fluviais, renovação das técnicas agropastoris e da utilização da mão-de-obra indígena. A este período de mudanças somam-se novas descobertas auríferas, porém pouco exploradas, e o interesse em mudar a capital da província para o norte.

A partir do segundo quartel do século XIX a província progride economicamente devido sobretudo à expansão da agricultura e o crescimento do rebanho bovino. Este último tem como principal fomentador as fazendas de pecuária que, sem autorização legal da coroa, invadem os sertões, e com isto também incentivam a vinda de correntes migratórias para o estado. A indústria de couros prospera e, em função da abundância de matéria-prima, fabricam-se tecidos de algodão.

“A entrada da sétima década do século XIX marca nos anais da província uma época de notável expansão econômica, coincidindo com o desenvolvimento das vias de comunicação, e sobretudo da mais importante, a navegação dos rios” (BRASIL, 1982: 124).

A população, que, no final do séc. XVIII se mostrava estacionária atinge, já no final do século XIX, em torno de 160 mil indivíduos. Na condição de fornecedora de tropas e de viveres para os combatentes, Goiás participa ativamente da guerra do Paraguai.

Mas as modificações ocorridas ao longo do século XIX não são só sentidas por seus contemporâneos, mas refletem até hoje no que pode-se chamar um posicionamento antagônico na historiografia corrente. Pois as mudanças acontecidas no período encerram de um lado, o abandono e declínio da província em decorrência do fim do ciclo mineiro e, de outro, o próprio ensejo de modernidade advindo com o pastoreio. “*Na realidade, além da carência de pesquisas sobre o século XIX em Goiás, há um equívoco secular em que se mesclou e associou a decadência do ouro com o da própria província*” (CHAUL, 1997: 70). Com isto, o conflito gerado entre duas formas de “ver o mundo”, uma iluminada pelo amarelo do ouro e outra mantida pelo verde dos campos, enriquecem de sobremaneira o período e consolidam-se neste espaço único que é o centro-oeste brasileiro.

A crise mineradora foi geradora de vários impactos na região, pois, sendo a exploração do ouro o principal fomento econômico de Goiás no século XVIII – o elo de ligação tanto com o resto do país e com o próprio comércio mundial – o seu esgotamento,

acaba por sentir-se em todos os âmbitos da sociedade. Assim, como o ouro foi responsável tanto por uma riqueza rápida e vultuosa para a região, de outra forma, para alguns autores também foi o vilão.

“Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza. (...) Essa evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sócio-cultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o comércio; os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem” (PALACÍN, 2001: 47-48).

Entretanto, se a falta do ouro foi responsável por tantas adversidades, a sua presença é também um marco de enquadramento da sociedade goiana no complexo sistema colonial. Assim a troca ocorrida neste sistema acaba por provocar também um novo enquadramento econômico e político na região.

“Em meio ao intrincado debate sobre o sentido da decadência em Goiás, impõe-se uma distinção: há uma clara tendência historiográfica em denegar o movimento de refluxo de investimentos e capitais em Goiás. Como não há uma leitura detalhada da conjuntura econômica referente ao século XVIII, denega-se a crise com o argumento do desconhecimento do auge. Tal procedimento implica reconhecer a ausência de movimento em dois séculos de história, resultando num raciocínio anti-histórico que pouco acrescenta ao debate. Certamente a discussão sobre a crise da mineração assume um significado diverso, quando atribuímos a esta o sentido de decadência. Não trata de mero detalhe ou preciosismo metodológico, mas é preciso reconhecer que o conceito de decadência carrega marcas específicas” (SANDES, 2001: 20).

Portanto em decorrência do sistema agropecuário de caráter extensivo implantado no estado formaram-se os latifúndios. Estes serão responsáveis em parte pela formação de novas relações sociais, ocupação geográfica e imagem da região. Assim, no campo vão predominar as relações semifeudais, mais fortes no norte, região mais desabitada, onde reina certa instabilidade social motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos coronéis. Desta forma o personalismo e as relações de suserania e vassalagem pelo voto caracterizam a política da época. E duas figuras se formam em meio as idas e vindas dos tropeiros: o coronel e o agregado.

“Essas práticas econômicas trouxeram à tona as diferenças típicas que caracterizam o interior do Brasil em relação ao litoral: a morosidade do campo, da agricultura e da pecuária. Não que essa economia tenha emergido de uma vez, ela há muito se fazia presente em várias áreas goianas, no entanto, não era ela a responsável pela ligação da região ao eixo econômico mundial” (RIBEIRO, 2001:27).

A transferência da capital do estado para Goiânia, a chegada da estrada de ferro a Anápolis e a escolha do planalto central como sede da nova capital do Brasil representam algumas das características mais relevantes no processo de modernização instaurado em Goiás. Mas antes destas transformações significativas, o início do século XX no estado também foi responsável por modificações e conflitos ocorridos tanto no espaço econômico, como também no social. Porém, como viver este debate historiográfico? Como explorar este rico universo que entra em cena a partir do final do século XIX e início do século XX?

“Muitos autores não deixam de ter razão, pelo que podemos observar, quando apontam as dificuldades para se pensar numa sociedade transitando da fase mineradora para uma sociedade com base econômica na agropecuária” (CHAUL, 1997: 72).

Portanto, parafraseando Marx que coloca que *“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas da classes”* (MARX, 1888), é realmente nestes pequenos encontros, entre uma mudança estrutural e acontecimentos conjunturais, que podemos observar o movimento dialético empreendido pela sociedade.

### 3.3 Meia Ponte e as *Lavras do Abade*.

O cenário está montado e alguns personagens distribuídos, agora veremos algumas particularidades, tanto de Meia Ponte quanto das *Lavras do Abade*, para apreciarmos como esta relação íntima e conflituosa acaba por gerar os acontecimentos ocorridos na aurífera serra dos Pirineus, durante o final do século XIX e início do século XX. Entre um arraial de pequenos coronéis e uma vila de mineradores.

“O local onde hoje está situado o arraial foi descoberto em 1731 por um certo Manoel Rodrigues Tomaz. Os primeiros que se estabeleceram ali foram os caçadores de ouro, que queriam explorar as margens do Rio das Almas. Entretanto, como o povoado que então se formou ficasse situado na junção das principais estradas da província e por ali passasse antigamente um grande número de tropas, os seus habitantes, certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem, da qual atualmente restam poucos vestígios” (SAINT-HILAIRE, 1975:37).

A antiga mina de Nossa Senhora do Rosário do distrito de Meia Ponte tornou-se um acampamento de garimpeiros e teve seu crescimento ligado a essa atividade. “*Ao sopé dos Montes Pireneus – três picos erodidos, de formação cristalina – à margem do rio das Almas, nasce o arraial de Meia Ponte*” (COSTA, 1979:21). A mão-de-obra principal das minas era formada de escravos negros e índios que ainda habitavam a região, tornando-se uma terra sem lei marcada pelo autoritarismo, violência e sonegação de impostos.

“Com o fluir dos primeiros anos e verificando o rico teor das areias auríferas e o potencial das lavras, o número de povoadores aumentou rapidamente: portugueses, paulistas, e escravos (índios e negros). E o acampamento das primeiras horas virou arraial, com ruas e becos. Era o começo da organização urbana” (JAYME & JAYME, 2002:26).

Bem cedo as minas tornaram-se arraial e freguesia, posteriormente alçada a cabeça de jugado, depois elevada a vila e finalmente a município no final do século XIX, com o nome agora de Pirenópolis. Com isso a complexificação social e econômica surge, e com ela a necessidade de implantação da burocratização através do poder público. O centro urbano desenvolve-se em torno da Igreja Matriz, até a construção das Igrejas do Bonfim e do Carmo que atraíram casas para seus arredores desenhando a atual malha urbana. Entre 1830 e 1834 a cidade é sede do primeiro jornal do estado de Goiás, *A Matutina Meia Pontense*, enquanto paralelamente também surgia na vila uma banda de música. “*Na Colônia e no Império, Meia Ponte era o segundo núcleo urbano de Goiás, rivalizando com a capita, Vila Boa, em expressão econômica e cultural*” (COSTA, 1979:21). Como divertimento, a sociedade meia-pontense costumava tomar longos banhos no rio das Almas assim como executar celebrações como a festa do Divino ou mesmo assistir à execuções no campo da força. Meia Ponte também foi visitada e descrita por alguns naturalistas, como Johann Emanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire durante o início do século XIX.

“O arraial foi construído numa pequena planície rodeada de montanhas e coberta de árvores de pequeno porte. Estende-se ao longo da margem esquerda do Rio das Almas, numa encosta suave, e defronta o prolongamento dos Montes Pireneus. Tem praticamente o formato de um quadrado e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. Cada uma delas, conforme o uso em todos os arraiais do interior, tem um quintal onde se vêem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desornadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados. Cinco igrejas contribuem para enfeitar o arraial” (SAINT-HILAIRE, 1975:36).

Depois do seu apogeu minerador, a partir de 1800, Meia Ponte teve uma retomada na economia capitaneada pela agricultura, principalmente a exploração do algodão, pecuária e comércio. Com o fim da mineração no rio das Almas, a sociedade organiza-se sobre novas bases econômicas, mas com alguns componentes estruturais ainda permanecendo, como a escravidão negra e a guerra ao gentio. Apesar das mudanças das rotas comerciais da região por volta de 1850, o crescimento do centro urbano estanca no fim do século XIX. E é neste contexto econômico e político que ocorre o início da exploração mineradora nas *Lavras do Abade*.

“Arraiais surgiram e desapareceram, à mercê da opulência ou do esgotamento dos veios aurífero, seguindo-se a momentos de breve fastígio e irrefreável ruína. Muitos desses núcleos regrediram, com a decadência das *lavras*; outros sobreviveram e adaptaram-se a novas condições. A febricitante vida urbana, característica dos arraiais mineiros, cedeu vez, paulatinamente, às atividades da agricultura e da pecuária, e a uma sociedade marcadamente aventureira sucederem-se estruturas sociais conservadoras. Meia Ponte foi um desses arraiais, pois, em menos de um século, conheceu esplendor e decadência, e ressurgiu das cinzas, embora com roupagem diversa”(COSTA, 1979:25).

Esta nova fase do arraial, proporcionou a formação e manutenção de oligarquias agrícolas constituídas de famílias extensas comandadas em suma por um patriarca, onde uma nova forma de viver gregária e hierárquica diferenciava e muito do antepassado aventureiro e oportunista da mineração.

“Esta provincia é talvez a mais rica do Imperio no reino mineral, pois que n’ella se encontra cristaes de varias côres, grande quantidade de pedra calcarea, mineraes de ferro, não faltando-se no ouro que abunda em quasi todas as vertentes de seus rios e regatos, diamantes e outras pedras preciosas. Ultimamente trabalha no Abade perto de Meia-Ponte, uma companhia sob a direção do dr. Arena. Esta companhia foi organizada na côrte como o capital de quinhentos contos de reis, e dos

esforços empregados pelo seu gerente é de esperar-se que tire grande resultado”<sup>30</sup> (BRANDÃO, 1978:45).

As *Lavras do Abade* começaram a ser consolidadas junto a exploração do ouro na serra dos Pirineus iniciada por volta de 1750, quando João Rodrigues Abade descobre uma data aurífera que levaria mais tarde seu nome, no sudoeste da serra próximo aos arraiais de Meia Ponte e Corumbá de Goiás, dentro da fazenda Cabaceiros. Fica então em abandono até por volta de 1880, quando a exploração aurífera da área é retomada através da Companhia Prado, comandada pelo francês Bernard Alfred Amblard d’Arena, que funda a Sociedade d’Arena & Cia para a compra da fazenda Cabaceiros e a exploração do local.

“Alfredo de Arena, como assinava seu nome, segundo pessoas que o conheceram, era de origem francesa, natural de Toulon. Outros afirmam que era somente filho de gauleses. Era formado em Odontologia e tinha conhecimentos apreciáveis de Direito, Engenharia, Mecânica, Farmácia e Medicina. Possuía estatura mediana, antes baixo que alto, compleição regular, alourado e de olhos azuis. Tinha uma forte entrada de calvície nos cabelos e usava um bigodinho quadrado; os traços revelavam a sua origem de “paysan” frances. Dono de ótima prosa, versando em mais de um idioma, traía pelas maneiras polidas o sangue gaulês que lhe corria nas veias. Trajava-se, sempre, de branco, chapéu chileno, paletó de quatro bolsos, um largo “ponche” ou “chiripa” ao redor do pescoço, protegendo-lhe os ombros; culote, botas altas e cartucheira ao redor da cinta com um revolver a pender desta. Andava a cavalo, fazendo-se acompanhar de dois ajudantes, armados de “44” e de três enormes cães de fila “Cabeça Negra”, cavalgando geralmente a galope” (CURADO In: JAYME, 1971:188).

A Companhia Prado, que também explorava ouro na cidade mineira de Bagagem, instala-se no local em 1882. Em conjunto com Sociedade d’Arena & Cia formam a Companhia Goiana de Mineração, com cotas de 50% para ambas as partes. Com a instalação da mina, modificações significativas na área começam a ocorrer, como o desvio do córrego da Barriguda através de um rego de pedras com mais de 1 km de extensão e a construção de um bicamente em madeira com mais de 70 metros, que servia para o abastecimento da máquina hidráulica utilizada no desmonte do barranco para mineração.

---

<sup>30</sup>Retirado do Almanach da Província de Goyaz para o ano de 1886.

“Contratou trabalhadores na vizinha Corumbá e fez construir rêgo d’água, todo calçado, que conduzia o líquido a duas calhas de madeira pixada, no fim das quais havia um aparelho hidráulico que impelia a água com fôrça, para dentro de uma tubulação de ferro, através da qual era atirada ao barranco. Na ponta dessa tubulação uma peça que regulava o esguicho, controlando a maior ou menor fôrça com que a água era atirada. Um homem, de uma escada, segurava a mangueira, orientando o seu jato para os lugares determinados do barranco. O curso d’água canalizado era um dos afluentes do rio das Almas, que servia de abastecimento da cidade de Meia Ponte. A mangueira por onde êste passava tinha pouco mais de um palmo de diâmetro e a sua intensidade tamanha que, segundo testemunhos incontestáveis, não se conseguia fazer um facão passar por êle; a lâmina resvalava, por mais potente que fosse o golpe, e ia para à distância, atirada pela fôrça da água. Com êsse jato fazia-se o desmoronamento da terra, que era levada para dentro de um tanque onde era lavada e o ouro retirado” (CURADO In: JAYME, 1971:189).

Além da instalação do equipamento, também é construída uma vila para os empregados com cerca de trinta casas com paredes de pedra e telhados de palha (quatro cobertas de telhas), com amplas ruas compondo a malha urbana. Esta vila incluía também uma venda ou “loja de comércio”, uma farmácia na esquina das principais ruas e, em uma ampla construção de tijolos, o refeitório e a cozinha. Também estava presente no conjunto arquitetônico um açougue com uma laje para retalhação das reses, o matadouro com um cercado de pedras e madeira e uma serraria. No centro de tudo localizava-se a casa do próprio Arena, que além da imponente também concentrava próximos a fundição e o arsenal.

“Construiu sua casa, uma vasta edificação caiada de branco, janelas envidraçadas, água encanada, escadaria na porta e calçamento ao redor. Num pátio interno estavam plantadas diversas árvores frutíferas e o chão coberto de lajes. Mobiliou a casa com peças de fino valor, diretamente vindas da Côrte, cortinas e ricos tapetes. Fez uma sala de armas, toda forrada de veludo vermelho e cabides de chifres de caças, donde pendiam espingardas, clavinotes, revólveres, espadas, garruchas. Para a sala de refeições mandou fazer enorme mesa coberta duma laje de mármore, onde podiam assentar-se comodamente mais de doze pares. Sua mesa era das mais fartas e onde não era raro a “champanhe” e o legítimo “cognac” francês. Tal era a sua vivenda que em nada perderia às congêneres européias, e na qual se realizaram festas e bailes que marcaram época” (CURADO In: JAYME, 1971:190).

A vila ficava em uma pequena e plana elevação em frente à mina, cercada por muros de pedra e duas porteiras, uma cerrando o caminho para Meia Ponte e outra no caminho de Corumbá de Goiás. *“No morro defronte Arena instalou uma peça de artilharia, assentada em alicerces de pedra e com o qual dominava os arredores. Em sua casa, nos*

*fundos, Arena fizera instalar também dois morteiros”* (CURADO In: JAYME, 1971:191). Em seu apogeu, a vila chegou a cunhar moeda própria, feita em ouro e cobre com gravações de "Válida-Arena", ficando conhecida na época como a maior mineração aurífera de desmonte hidráulico do Brasil imperial.

Mas, já a partir de 1884 problemas com a poluição da água e disputas legais sobre o funcionamento do desmonte começam a acirrar o relacionamento da mina com o povoado de Meia Ponte, pois a mina das *Lavras do Abade* era acusada de poluir, tornando impróprio para o banho e consumo, as águas do córrego da Barriguda, afluente do rio das Almas que corta a cidade.

“Devido aos bons resultados da mineração, os trabalhos não paravam e as águas do rio sempre estavam sujas. Os moradores acabaram se revoltando. Foram feitas várias tentativas de acordo para resolver o problema. Esgotando-se os recursos, Arena foi notificado pelo poder público e recebeu um abaixo assinado com 169 assinaturas, ameaçando-o de destruição do local e de expulsão da região. Arena não deu atenção às ameaças e começou a hostilizar e humilhar os moradores de Pirenópolis, mandando seus capangas à cidade para fazer arruaças” (CARVALHO, 2001: 68).

Após diversos percalços, as atividades na mina seguem ante protestos da população e batalhas jurídicas, até o fim de tarde de vinte de março de 1887, quando um grupo de vinte e quatro jovens, fortemente armados e mascarados, vindos de Meia Ponte, invadem e incendiam a vila, expulsando aos berros e tiros os mineiros. Esta atitude tomada por representantes da população meiapontense exprime o nível de descontentamento que a mina, seus habitantes e principalmente o gerente, haviam provocado no arraial.

“Três dias depois o bando se apresenta novamente no arraial e expulsa definitivamente seus moradores. A golpes de machado abrem as portas da loja, da farmácia e do armazém, deixando tudo completamente saqueado. Entram à força na casa do francês, lascando e despedaçando todos os móveis a machadadas. O que podia ser carregado foi levado pelos componentes do bando. Os vidros de remédios da farmácia foram atirados fora e quebrados um a um” (CURADO In: JAYME, 1971:192).

Depois destes eventos ocorreram algumas batalhas jurídicas resultando na absolvição de todos os envolvidos, principalmente por serem menores de idade, e a tentativa de implicação de alguns mandantes. Arena encontrava-se no Rio de Janeiro durante o ocorrido e lá permaneceu, nunca mais retornando às *Lavras do Abade*, mudando-

se para Minas Gerais onde veio a falecer no século seguinte. Quanto à mina, esta foi sendo saqueada pelos moradores do entorno e a máquina levada pela Companhia de volta a Europa, sobrando somente ruínas e as marcas da exploração do ouro no local.

Por sua vez o ocorrido foi sendo recontado, passado de geração para geração, ora tornando-se história enquanto consolidado em documentos e livros de caráter científico, ora virando uma estória perpetuada em crônicas e contos de ficção. Quanto ao fato, se há ou existiu, está depositado hoje na lembrança de alguns ou em algum lugar na serra dos Pirineus.

## 04. Objetivos

### 4.1 Objetivo Geral

Elaboração e aplicação de estratégias de gestão, através de ações coordenadas e integradas nos elementos arqueológicos para o uso museológico e turístico e a exploração científica do patrimônio histórico das *Lavras do Abade* no município de Pirenópolis, Goiás.

### 4.2 Objetivos Específicos

- 4.2.1 Levantamento e identificação dos elementos arqueológicos, museológicos e turísticos, correspondentes ao patrimônio histórico das *Lavras do Abade*;
- 4.2.2 Caracterização dos elementos arqueológicos, museológicos e turísticos, identificados no patrimônio histórico das *Lavras do Abade*;
- 4.2.3 Pesquisa e análise dos elementos arqueológicos e integração aos elementos museológicos e turísticos identificados no patrimônio histórico das *Lavras do Abade*;
- 4.2.4 Seleção, intervenção e adequação dos elementos arqueológicos mais significativos para uso dos elementos museológicos e turísticos caracterizados no patrimônio histórico das *Lavras do Abade*;
- 4.2.5 Elaboração de propostas de valorização, resguardo e manutenção, através da pesquisa dos elementos arqueológicos, a elaboração de planos de manejo turístico e de planos de ações museológicas, para o patrimônio histórico das *Lavras do Abade*;

## 05. Metodologia

“ A arqueologia distingui-se muito da história tradicional ou convencional, porque ela transforma todo o espaço em documento, estabelecendo as regras da sua leitura” (JORGE, 2000:98).

A grande variedade de categorias materiais recuperadas em sítios arqueológicos históricos demonstram as características particulares destes depósitos como somatório e cristalização de valores significativos para a pesquisa social. Assim, a metodologia empregada no estudo destes vestígios obedece uma padronização de etapas, desde a exumação em campo, até as atividades desenvolvidas em laboratório.

E no caso de uma “Arqueologia da Mineração”, propomos seguir uma orientação metodológica que tenha por principal objetivo o estudo do local de trabalho e moradia<sup>31</sup> de uma comunidade mineira no final do século XIX. Pois, como coloca Donald Hardesty, a respeito da especificidade de sítios arqueológicos históricos em áreas mineiras, muitos dos vestígios encontrados possuem uma certa particularidade. *“Edifícios em pé, maquinaria, e características de paisagem são freqüentemente em escalas monumentais”*<sup>32</sup> (HARDESTY, 1988:17). E para tanto os procedimentos adotados em campo e laboratório refletem esta preocupação.

### 5.1 A cultura material das *Lavras do Abade*.

Para a arqueologia, a cultura material assume o papel de registro de práticas sociais enquanto produto do seu próprio meio, e por outro lado, como propagador dos ideários que à construíram. Pois como expõem Andréas Zarankin, *“No entanto a cultura material é carente de significado por ela mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado”* (ZARANKIN, 2002:15). Assim, a cultura material torna-se um código a ser decifrado pelo pesquisador que dependendo do seu arsenal intelectual, dos atributos externos e internos do objeto e de similitudes empregadas pode ou não chegar a sua interpretação.

---

<sup>31</sup> “Acredito que a melhor forma de neutralizar esta redutora conceituação de uso cultural e abrir espaço para irrigar todo o tecido vivo da existência é fazer com que a ação cultural passe, precisamente, pelos terrenos mais importantes dessa mesma existência. Dois eixos, assim, me parecem prioritários: o universo do cotidiano e – parte dele, mas com personalidade própria – o universo do trabalho” (MENESES, 2002:97).

<sup>32</sup> “Standing buildings, machinery, and landscape features often are monumental in scale”(HARDESTY, 1988:17).

Desta forma os atributos intrínsecos presentes no sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, serão classificados em dois grupos de vestígios:

- Vestígios móveis – formado por objetos de uso cotidiano em diversas esferas como na cozinha, na higiene, no trabalho, no lazer etc e separados segundo sua categoria material: louça, vidro e metal.
- Vestígios imóveis – formados por micro, semi-micro e macro estruturas (depósitos de lixo, área de mineração e conjunto arquitetônico), unidades construtivas (habitacional, comercial e produtiva) assim como, as modificações realizadas na paisagem (estradas e regos d'água).

Todos estes elementos arqueológicos das *Lavras do Abade* devem ser estudados em separado, quanto às suas propriedades físicas (matéria constituinte), geométricas (dimensões e medidas) e semiológicas (símbolos e ornamentos). E também em conjunto, pois complementam-se formando uma rede de relações. Assim através de pesquisas arqueológicas-históricas podemos apreender destes vestígios informações sobre o cotidiano dos moradores na área em estudo. (figura 05)

Por outro lado, os atributos extrínsecos do sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, serão classificados em dois grupos de vestígios:

- Fontes primárias – acervos documentais, iconográficos, audiovisuais, particulares ou públicos.
- Fontes secundárias – historiografia, pesquisas, artigos, reportagens, crônicas e contos.

Estes elementos extrínsecos devem ser estudados em separado, segundo as informações que podem ser acrescentadas aos dados intrínsecos do sítio, como cronologia, espacialidade e funcionalidade. A pesquisa e integração destes referenciais externos apresentam o enorme potencial investigativo do patrimônio histórico-cultural das *Lavras do Abade*. (figura 06)

“No nosso entendimento, essas fontes (os objetos) distinguem-se das demais por se constituírem em evidências mais concretas das relações sociais e conterem elementos do cotidiano e do vivido dos grupos sociais, podendo vir a possibilitar um trânsito mais fácil entre a dimensão individual e coletiva da história” (DUTRA, 2003).

Com a proposta acima, a cultura material das *Lavras do Abade* é tomada tanto como instrumento mediador e identificador de memórias e significados de relações culturais, quanto como ferramenta de análise e pesquisa destes grupos. Cabendo ao arqueólogo recuperar seu significado histórico e social, pois o objeto é um meio de troca de conhecimento que utiliza das construções da memória coletiva.

## 5.2 Metodologia para Atividades de Campo

As ações propostas possuem como objetivo principal auxiliar na execução de uma gestão dos aspectos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*.

### Plano de atividades arqueológicas

O projeto proposto sobre o patrimônio arqueológico histórico insere-se como uma forma de reencontrar os elementos presentes nas práticas cotidianas dos ocupantes das *Lavras do Abade*. As atividades propostas para o projeto inserem-se numa ação contínua e complementar de identificação, pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico a ser desenvolvido em três etapas:

- Levantamento arqueológico – etapa que tem por meta uma primeira avaliação dos elementos presentes no sítio arqueológico, onde serão registradas e localizadas as estruturas presentes, para em conjunto com a documentação histórica, estabelecer as próximas ações de pesquisa no sítio.

- Escavação arqueológica – etapa que visa um série de intervenções arqueológicas na área com o objetivo de recuperar informações, validar propostas e criar os suportes necessários para a consolidação do sítio, assim como análise do material arqueológico recolhido e das informações obtidas em campo.
- Valorização do sítio – etapa que objetiva a adequação e proteção do sítio arqueológico histórico para a visitação pública e exploração científica adequada. Com a criação de um *parque arqueológico*<sup>33</sup>, enquanto sistema eficaz e aberto para integrar diversas alternativas: prática e ensino da arqueologia, local de visitação museológica e turística, espaço de investigação e conhecimento sobre a região e o sítio, palco para eventos culturais e artísticos etc.

#### Plano de atividades museológicas

A ação museológica objetiva o levantamento, identificação e a elaboração de um projeto museológico do patrimônio histórico das *Lavras do Abade*, para a implantação de um *ecomuseu*<sup>34</sup> a ser desenvolvido em três etapas:

- Levantamento museológico – que consiste em identificar e caracterizar todas as evidências primárias e secundárias referentes as atividades sócio-econômicas ocorridas nas *Lavras do Abade*.
- Seleção, Inventário e Plano Museológico – acompanhamento das pesquisas arqueológicas para seleção e inventário do acervo arqueológico a ser musealizado e orientação do espaço museológico a ser implementado.

---

<sup>33</sup> “De fato , habitualmente o parque arqueológico se concebe como um instrumento de proteção, gestão e projeção do patrimônio arqueológico. Se entende, por outro lado, da mesma forma a necessidade de dotar a pesquisa arqueológica de uma projeção social, e nesta linha à de ser coerente com novas tendências de pesquisa na investigação e novas formas de comunicação” (Del VALLE, 2003).

<sup>34</sup> “Interdisciplinar por excelência, combina um museu do tempo desembocado na prospectiva com elementos disseminados de um museu do Espaço. É um museu do homem da natureza . Nele o homem é interpretado em seu meio natural. A natureza o é em sua selvageria, mas também tal qual a sociedade tradicional e a sociedade industrial adaptaram-na para seu uso. Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio da cultura e da natureza de determinada população. Um laboratório, na medida em que é matéria de estudos teóricos e práticos em torno dessa população e seu meio ambiente. Uma escola, na medida em que auxilia na formação de especialistas interessados nessa população e seu meio, incitando-a a aprender melhor os problemas de seu próprio futuro” (GIRAUDY et alli, 1990:39).

- Projeto museológico – elaboração de um projeto museológico mediante a informação e o acervo coletado, composto de um plano de edificação museológica (exposição e acervo) e planos de ação educativa patrimonial.

#### Plano de atividades turísticas

As ações de uso turístico são avaliadas e reunidas na forma de um plano de manejo turístico da área de implantação, de modo a incrementar os benefícios desta atividade e minimizar sua ação impactante no meio receptor, desenvolvendo uma *preservação ativa*<sup>35</sup>. Este produto final será elaborado nas seguintes etapas:

- Levantamento turístico: identificação e caracterização dos elementos potencialmente turísticos presentes na área de estudo das *Lavras do abade*.
- Pesquisa e acompanhamento turístico: análise das características ambientais do entorno e acompanhamento das atividades arqueológicas no sítio.
- Análise turística: formulação de ações de uso turístico para a área das *Lavras do Abade*, congregando os elementos arqueológicos e museológicos .
- Valorização turística: elaboração de uma proposta de manejo turístico da área de estudo.

---

<sup>35</sup> “Tanto no caso de bens culturais quanto no caso de bens naturais, procuramos realçar a importância de se atentar para a preservação ativa, que conceituamos como: a conservação de bens naturais e culturais, dando-lhes ao mesmo tempo uma função conveniente, com soluções adequadas ao desejado progresso; portanto, implicando o uso adequado de atrativos da natureza e da cultura porém evitando-se ou minimizando-se prejuízo a eles ou sua perda. Uma questão de desenvolvimento sustentável” (FILHO, 2000:10).

### 5.3 Metodologia para Atividades de Laboratório

Primeiramente, todas as categorias materiais passam por um processo de limpeza, com exceção do metal que recebe um tratamento diferenciado de acordo com o estado de conservação. Em seguida, os objetos são quantificados e catalogados individualmente conforme a procedência espacial horizontal e vertical no sítio e, por fim, são agrupados em conjuntos conforme a categoria para a análise.

A análise é orientada para identificar no conjunto dos objetos as variáveis tecnológicas e morfológicas que informam sobre o processo de confecção e utilização das peças. Isto tem por objetivo esclarecer tanto as atividades seqüenciais executadas na sua produção que permitam indicações sobre a cronologia e procedência dos artefatos, como determinar a utilização dos objetos em seu contexto e seu posterior descarte.

#### Análise do material em louça

As amostras de louças recuperadas são primeiramente divididas de acordo com a pasta em três classes: faiança simples, grês e faiança fina.

A faiança simples é um tipo de louça grosseira, cozida à temperatura reduzida que caracteriza-se por apresentar uma pasta altamente porosa e um esmalte pouco agregado a ela, facilmente destacável (ZANETTINI, 1986:117-130). Essa louça, geralmente de procedência portuguesa, é presença constante em sítios históricos de ocupação do século XVII ao XVIII.

O grês ou stoneware (louça-pedra) como é conhecido, é um tipo de louça de granulação bastante fina e cozido a altas temperaturas o que propicia um pasta altamente impermeável com a fundição total do esmalte e da pasta, resultando em um tipo de vidrado que recobre toda a peça. É produzido em torno, com coloração de pasta que varia entre o branco, bege e marrom; o grês foi fabricado a partir da segunda metade século XVII na Europa e foi amplamente utilizado até a o início do século XX (SHÁLVEZON, 2001).

A faiança fina é uma louça com a pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para se tornar impermeável a líquidos, deve ser coberta com um esmalte (WORTHY, 1982:334). Bastante comum no Brasil a partir da abertura dos portos

no início do século XIX, logo substituiu a faiança portuguesa, devido a sua qualidade superior em relação a faiança simples (maior impermeabilidade e resistência), à variedade de padrões decorativos (temas variados de inspiração romântica e oriental) e ao seu preço bastante acessível à população de médio poder aquisitivo (produção em larga escala) (LIMA et alii, 1989a:26). A produção da faiança fina na segunda metade do século XVIII é resultante de uma revolução na indústria cerâmica, pois neste período os oleiros ingleses começaram a introduzir novos elementos na pasta da faiança simples, como: sílex, caulim, cal, ossos calcinados e giz, com o objetivo de alcançar a porcelana produzida no Oriente. Outras melhorias também ocorrem, como a substituição do sal marinho pelo óxido de chumbo no esmalte que recobre a peça (BRANCANTE, 1981:246; HÜME, 1991:106). Em 1750 ocorre a substituição do sistema de torno por moldes, e em 1770 surge a utilização da técnica de impressão conhecida por transfer-printing, que possibilitava a produção de louças decoradas sem a necessidade de pintá-las à mão, trabalho oneroso e demorado (SCHÁVELZON, 1991:37).

Após, as louças são classificadas considerando os seguintes atributos: esmalte, técnica de decoração, cor e padrão decorativo. Estes atributos combinados fornecem indicações referentes ao período e localidade de fabricação das peças (TOCCHETTO et alii, 2001:25-42). Também visando trabalhar a forma e função deste material as amostras são quantificadas por fragmentos e pelo número mínimo de peças (NMP). LIMA (1989b:89), destaca as seguintes variáveis que devem ser consideradas para se efetuar uma quantificação por peças: características do relevo da louça; espessura do caco, considerando-se sua posição na peça (bordas, base, fundos, etc.); tipo, tonalidade e concentração do pigmento utilizado; maior ou menor regularidade na distribuição de elementos decorativos; maior ou menor apuro na aplicação de decalques; tipo de glasure utilizada etc.

#### Análise do material em vidro

Não existem dados precisos sobre a origem do vidro. No entanto, sabe-se que já existia a mais de 3.000 A.C., e sua descoberta é atribuída a um acaso acontecido no Oriente Médio (Síria ou Egípto).

Considera-se vidro toda a substância mineral que à temperatura ordinária é sólida, mais ou menos transparente e, às vezes, translúcida. É o resultado da mistura de diferentes

silicatos obtidos pela fusão, na qual predominam os silicatos alcalinos e o de cálcio. Na sua composição entram, além da potassa ou soda, terras alcalinas, cal, barita, magnésio etc, ou os óxidos metálicos, como os de chumbo, bismuto, zinco manganês etc. A sílica é o elemento principal na composição do vidro. Portanto, o vidro é um composto químico, cujas bases assentam na fusão numa mistura de sílica, soda e calcário. Durante a fusão liberta-se anidrido carbónico e forma-se um composto de silicatos de sódio e cálcio (BRAY, 2001:131-132).

A produção de um artigo de vidro apresenta duas grandes fases: a produção da peça lisa, sem decoração, e a peça acabada que inclui operações como a lapidação, foscagem ( a ácido ou a jacto de areia) e pintura. Relativamente à gravação, sabe-se que a gravura a ácido derivou da descoberta, no séc. XVIII, do ácido fluorídrico, único ácido que ataca as superfícies do vidro. Porém, a utilização deste método só foi levada a cabo a partir da segunda metade do séc. XIX (BRAY, 2001: 14-17).

A primeira etapa da análise consiste na separação dos fragmentos pela sua coloração: incolor, verde água, verde, ametista, branco leite, azul cobalto, âmbar e verde escuro (quase preto).

Depois desta separação ocorre a montagem e colagem dos fragmentos que compõem uma mesma peça, através da combinação de sua coloração e forma. Desta maneira, consegue-se diminuir expressivamente a quantidade de fragmentos da amostra e aglomerar numa mesma peça o maior número de atributos tecnológicos e morfológicos que permitem determinar o período de produção de cada peça (COSTA, 1999a).

Posteriormente, a amostra é dividida em categorias de forma conforme suas funções: em garrafas, potes, recipientes medicinais ou de perfumaria e outros. Quanto às garrafas, estas dividem-se em dois grupos: as garrafas cilíndricas e as garrafas retangulares. Os processos de confecção podem variar desde o sopro livre, passando pelo sopro em molde, até a máquina de injeção automática (BAUGHER-PERLIN, 1988:261-280). As garrafas cilíndricas podem ser caracterizadas como recipientes de bebidas, tanto para vinho e cerveja como para água-mineral e refrescos. Quanto às garrafas retangulares, podem conter aguardente, *brandy* ou serem utilizadas por farmacêuticos (SHÁLVEZON, 1991:42. BONINO, 1996:39. MORENO, 1994:26).

Os potes apresentam variações conforme a sua finalidade, sendo amplamente utilizados para a conserva de alimentos.

Os recipientes medicinais ou de perfumaria são constituídos por frascos de pequenas e médias dimensões, que tem por propósito embalar conteúdos como xaropes, pílulas, linimentos etc (SYMANSKI, 1998).

Na categoria "outros" são enquadradas as peças não identificadas, elementos construtivos como fragmentos de janela e demais objetos.

A quarta etapa do processo de análise é a identificação, nos fragmentos e peças, de marcas correspondentes aos processos de manufatura empregados para a confecção dos objetos. Através da combinação dos itens - marcas de molde, tipos de pontis, tipos de lábios, gravuras e cor pode-se chegar a uma datação aproximada do período e local de produção das peças estudadas (COSTA, 1999a).

A fim de discutir questões relacionadas à forma e função desse material, a amostra é também quantificada por fragmentos e pelo número mínimo de peças (NMP), como realizado na amostra de louça. Para realizar a quantificação pelo NMP são consideradas as seguintes variáveis: coloração e espessura dos fragmentos, considerando-se sua posição na peça (topos, gargalos, bases, bojos etc).

#### Análise do material em metal

Os objetos de metal, por não possuírem categorias explícitas ou atributos visíveis macroscopicamente que possam ser selecionados como elementos de datação, serão trabalhados em separado.

A confecção de objetos de metal passa por diversos processos, primeiramente o metal é extraído das rochas em fornos - a chamada *fundição* - conforme a temperatura do forno o metal se apresenta menos ou mais puro - o chamado *refino* - este também é o momento da produção das ligas. Depois de fundido, o metal é trabalhado em estado líquido através de moldes e formas ou em estado sólido através do *forjamento* (trabalho do metal por conformação através de golpes com aquecimento e resfriamento constante da peça). Este método de trabalho também é utilizado nos metais chamados "nativos" como: Prata, Ouro e Cobre, encontrados em estado sólido na natureza e que não necessitam da fundição para a sua obtenção.

Por todas estas características os metais são elementos que apresentam uma certa dificuldade de análise, sua heterogeneidade tanto na composição como na confecção de objetos não permitem uma identificação apropriada do seu local de origem ou mesmo

período. Necessitando para isso uma análise microscópica ou química através de técnicas e equipamentos nem sempre viáveis e que só com referências adequadas podem identificar os objetos de metal (COSTA, 1998b).

Primeiramente os objetos serão separados segundo a procedência no sítio e depois feita uma identificação prévia conforme sua forma e agrupados segundo a sua procedência no sítio. Assim, baseando-se nos trabalhos de Daniel Schálvezon (SCHÁLVEZON, 1991) e de Cláudio Baptista Carle (CARLE, 1993), junto com dados anteriormente coletados, serão elaboradas categorias de funções para classificação dos objetos.

Esta classificação permitirá uma breve interpretação dos locais e tipo de utilização a que foram dados aos objetos de metal. Outro fator relevante é referente a periodização, já que os objetos metálicos não possuem uma particularidade exposta datável a exemplo da decoração presente nas louças. Para isso a categoria forma será utilizada como meio de datação, mas somente em casos distintos, nos quais existe bibliografia a respeito e que os objetos sejam legíveis (COSTA, 1998b).

Quanto ao tipo de confecção esta só é identificada nos objetos que sejam anteriormente limpos com o processos adequados como a eletrólise alcalina ou de eliminação de cloretos que deixa visível as depressões e rexupes, elementos característicos dos processos de forjamento ou fundição (COSTA, 2003).

A amostra de metal dos sítios arqueológicos, será analisada segundo o princípio da classificação tipológica, as formas identificadas serão utilizadas como indicadores de função em que estes objetos foram empregados. Assim, os objetos de metal serão agrupados em sete universos de utilização, sendo: cozinha, construção, trabalho, ornamento, numismática, armaria e outros.

## 06. Programação

O projeto será executado pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Sociedade Goiana de Cultura.

O tempo de execução do projeto será de oito meses, distribuídos em três etapas de campo totalizando dois meses, intercalados com seis meses de trabalho em laboratório.

O local de execução do projeto será no sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade*, localizado a aproximadamente 10 Km da cidade de Pirenópolis e 18 Km da cidade de Corumbá de Goiás. Implantado na serra dos Pirineus, a aproximadamente 800 m do nível do mar, nas coordenadas UTM 8247732 e KM 0726306, no estado de Goiás, Brasil. A execução do projeto será dividido em três etapas, (ver cronograma de atividades):

- A primeira etapa inicia com quinze dias de levantamento e identificação dos elementos arqueológicos, museológicos e turísticos, em fontes primárias e secundárias. Seguido pela caracterização e integração de cada elemento identificado durante trinta dias, em laboratório.
- A Segunda etapa ocorre com a seleção e intervenção nos elementos arqueológicos mais significativos, para a adequação dos elementos museológicos e turísticos, durante trinta dias em campo. Seguido da análise dos elementos arqueológicos em laboratório durante noventa dias.
- A terceira etapa encerra com a adequação dos elementos arqueológicos durante quinze dias em campo. Seguido da elaboração das propostas de valorização, resguardo e manutenção dos elementos arqueológicos, museológicos e turísticos identificados e selecionados em laboratório, durante sessenta dias.

Como produto final do projeto temos a adequação e disponibilização do sítio arqueológico histórico das *Lavras do Abade* e do seu entorno, para a elaboração de um plano de manejo turístico e de um plano de ações museológicas para a área. Assim como a formulação das orientações necessárias para a condução de pesquisas científicas aprofundadas no sítio.

## **07. Instituição Executora**

Sociedade Goiana de Cultura  
Universidade Católica de Goiás  
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

Equipe Técnica:

- Arqueólogo (a) – Especialista em Arqueologia Histórica;
- Arqueólogo (a) – Especialista em Arqueologia e Patrimônio Cultural;
- Gestor Cultural (a) – Especialista em Arqueologia e Arquitetura;
- Museólogo (a) – Especialista em História e Patrimônio Cultural;
- Museólogo (a) – Especialista em Museologia e Turismo;
- Turismólogo (a) – Especialista em Meio Ambiente e Turismo;
- Técnicos – em museologia, turismo e imagem;
- Estagiários – em arqueologia histórica.

## 08. Orçamento

<b>01. Material permanente</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Bússula	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Gravador k7	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Gravadora de cd	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Luminária de mesa (com luz fluorescente)	1	R\$ 19,50	R\$ 19,50
Máquina fotográfica automática	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Paquímetro de metal	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 2.184,50</b>

<b>02. Material de consumo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Balde (alumínio)	6	R\$ 15,00	R\$ 90,00
Barbantes	3	R\$ 1,30	R\$ 3,90
Borrachas	3	R\$ 0,50	R\$ 1,50
Caderno espiral pequeno capa dura (96 folhas)	4	R\$ 0,80	R\$ 3,20
Caixa de disquete 3,5" (10 unidades)	3	R\$ 7,30	R\$ 22,50
Caneta esferográfica	5	R\$ 0,22	R\$ 1,10
Capa de chuva	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
Cartucho de tinta cor (p/jato de tinta)	6	R\$ 82,00	R\$ 492,00
Cartucho de tinta preto (p/jato de tinta)	6	R\$ 66,00	R\$ 396,00
Cavadeira tipo "boca de lobo"	2	R\$ 8,70	R\$ 17,40
Cavadeira tipo lança	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00
Cd-rw (virgens)	4	R\$ 25,00	R\$ 100,00
Clipes (1 caixa)	2	R\$ 4,00	R\$ 8,00
Cola branca (500ml)	6	R\$ 2,00	R\$ 12,00
Colher de pedreiro (pequeno e médio)	10	R\$ 4,00	R\$ 40,00
Engradado plástico	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00
Enxada com cabo	2	R\$ 4,20	R\$ 8,40
Enxadão com cabo	2	R\$ 4,30	R\$ 8,60

Esmalte incolor	6	R\$ 2,50	R\$ 15,00
Espátulas	6	R\$ 3,80	R\$ 22,80
Facão	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00
Filme fotográfico colorido	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
Filme fotográfico p/b	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
Fita adesiva	6	R\$ 1,00	R\$ 6,00
Fita de vídeo (betamax/betacam/mini dvd/vhs)	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
Foice	2	R\$ 5,00	R\$ 10,00
Jogo de esquadro grande (plástico)	1	R\$ 26,00	R\$ 26,00
Lanternas	2	R\$16,00	R\$ 32,00
Lápis com borracha nº 2	10	R\$ 0,50	R\$ 5,00
Lapiseiras 0,5mm	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
Lima	4	R\$ 3,60	R\$ 14,40
Marcador de texto	4	R\$ 1,50	R\$ 6,00
Pá de lixo (plástico)	10	R\$ 3,30	R\$ 33,00
Papel milimetrado (A2; A3; A4)	3	R\$ 3,90	R\$ 11,70
Papel vegetal (rolo)	1	R\$ 18,20	R\$ 18,20
Peneira de arame (malha de 4mm e 2mm)	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
Pilha alcalina para lanterna (grandes)	10	R\$ 1,50	R\$ 11,50
Pincel (pequeno, médio e grande)	6	R\$ 2,50	R\$ 15,00
Prancheta de madeira	6	R\$ 3,00	R\$ 18,00
Réguas acrílicas de 15cm, 30cm e 50cm	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
Resma de papel A4 (para jato de tinta)	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
Sacos plásticos resistentes (1 kg; 3kg; 5kg)	60	R\$ 4,00	R\$ 240,00
Tinta nanquim preto e branco	16	R\$ 1,00	R\$ 16,00
Trena plástica de 30 metros	3	R\$ 26,00	R\$ 78,00
Transferidor de plástico	2	R\$ 1,62	R\$ 3,24
Transparências para impressoras	15	R\$ 5,00	R\$ 75,00
Trena de 2 metros	3	R\$ 5,40	R\$ 16,20
<b>Total</b>			<b>R\$ 2.883,64</b>

<b>03. Deslocamentos e estadias</b>	<b>Valor</b>
Ajuda de Custo	R\$ 2.160,00
Aluguel da casa	R\$ 1.000,00
Aluguel do veículo	R\$ 3.000,00
Combustível	R\$ 1.000,00
Diárias (alimentação)	R\$ 9.000,00
Diárias (hospedagem)	R\$ 4.470,00
Passagem aérea	R\$ 4.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 24.630,00</b>

<b>04. Pagamento de pessoal</b>					
Profissional	Quant.	Remuneração		Valores	Subtotal
		Unidade	Quantidade	Unitários	
Arqueólogo	1	Diária	130	144	R\$ 18.720,00
Museólogo	1	Diária	60	144	R\$ 8.640,00
Especialista em Turismo	1	Diária	30	144	R\$ 4.320,00
Arquiteto	1	Diária	40	144	R\$ 5.760,00
Técnico em Museologia	1	Diária	60	96	R\$ 5.760,00
Estagiário	1	Diária	250	60	R\$ 15.000,00
Técnico em Imagem	1	Diária	5	100	R\$ 500,00
Braçal	1	Diária	450	20	R\$ 9.000,00
Consultor	1	Diária	4	360	R\$ 1.440,00
Administrador	1	Mensal	2	500	R\$ 1.000,00
Motorista	1	Mensal	2	700	R\$ 1.400,00
<b>Sub -Total</b>					<b>R\$ 71.540,00</b>

<b>4.1 Pagamento de pessoal - encargos</b>			
Discriminação	Valor	%	Subtotal em R\$
Encargos Trabalhistas	R\$ 71.540,00	19%	R\$ 85.132,00
INSS	R\$ 85.132,00	20%	R\$ 102.158,52
<b>Total Geral</b>			<b>R\$ 102.158,52</b>

<b>05. Serviços de terceiros</b>	<b>Valor</b>
Cópias	R\$ 25,00
Encadernação	R\$ 50,00
Manutenção de veículos	R\$ 500,00
Revelação de filmes	R\$ 700,00
Revelação fitigráfica	R\$ 1.000,00
Revisão ortográfica	R\$ 1.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.275,00</b>

<b>06. Pagamento institucional</b>			
Discriminação	Valor	%	Subtotal em R\$
Taxa institucional	R\$ 135.111,86	10%	R\$ 13.511,18
Taxa administrativa	R\$ 135.111,86	6%	R\$ 8.106,71
<b>Total Geral</b>			<b>R\$ 156.729,75</b>

**Valor Total: R\$ 156.729,75 (Cento e cinqüenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).**

## 09. Cronograma de atividades

Atividade/mês	1	2	3	4	5	6	7	8
Levantamento de campo	X	X						
Levantamento do acervo	X	X	X					
Análise dos dados	X	X	X					
Intervenções no sítio		X	X					
Acompanhamento Museológico e Turístico		X	X					
Análise do material				X	X	X	X	
Relatório Parcial				X	X			
Adequação do entorno							X	X
Valorização turística					X	X	X	
Projeto Museológico							X	X
Relatório Final							X	X

## 10. Cronograma de desembolso

<b>Despesa / Mês</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>Total</b>
Material Consumo		R\$ 1.431,82		R\$ 1.431,82					R\$ 2.863,64
Material permanente	R\$ 1.142,25	R\$ 1.142,25							R\$ 2.284,50
Deslocam. Estadia	R\$ 8.210,06		R\$ 8.210,06		R\$ 8.210,06				R\$ 24.630,20
Pessoal	R\$ 14.594,07	R\$ 14.594,07	R\$ 14.594,07		R\$ 102.158,52				
Encargos	R\$ 2.702,23	R\$ 2.702,23	R\$ 2.702,23	R\$ 2.702,23	R\$ 21.617,89				
Serviços								R\$ 3.275,00	R\$ 3.275,00
Total	R\$ 26.648,61	R\$ 19.870,37	R\$ 25.506,36	R\$ 18.728,12	R\$ 25.506,36	R\$ 17.296,30	R\$ 17.296,30	R\$ 5.977,23	R\$ 156.729,75
Total Acumulado	R\$ 26.648,61	R\$ 46.468,98	R\$ 71.975,34	R\$ 90.703,46	R\$ 116.209,82	R\$ 133.506,12	R\$ 150.802,42	R\$ 156.729,75	

## **11. Recursos**

O projeto será desenvolvido junto a iniciativa privada, utilizando-se de leis de incentivo à cultura<sup>36</sup> e/ou parcerias estabelecidas entre as diversas instituições envolvidas, como órgãos públicos e associações.

## **12. Avaliação e Controle**

A ser executado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através 14ª Superintendência Regional, Avenida 83 nº 643, Setor Sul, Goiânia/GO.

Por meio de dois relatórios técnicos, conforme legislação vigente<sup>37</sup>, a serem entregues nas datas estipuladas pela outorga cedida ao pesquisador, através da referida instituição.

---

<sup>36</sup> Lei Federal Nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 e Lei Estadual 13.613, de 11 de maio de 2000.

<sup>37</sup> Portaria nº 07, de 01 de Dezembro de 1988 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

### 13. Referencias bibliográficas e iconográficas

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil, In: *REVISTA DA USP*, São Paulo: Ed. USP, 2000.

BAUGHER-PERLIN, Sherene. Analysing Glass Bottles for Chronology, Function and Trade Networks. Studies in Historical Archaeology. In: DICKENS, Jr. & ROY, S. (Org.) *Archaeology of Urban America*, New York: Ed. Academic Press, 1988.

BONINO, Jacqueline G. Análise de los materiales vítreos del sitio Casa de los Gobernadores Portugueses. Historical Archaeology in Latin America, vol. 16. In: *Actas III. Segunda Conferencia Internacional de Arqueologia Historica Americana*, Columbia: Ed. University of South Carolina, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

BRANCANTE, Eldino F. *O Brasil e a cerâmica antiga*, São Paulo: 1981.

BRANDÃO, Antonio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz, para o ano de 1886*, Goiânia: Ed. UFG, 1978.

BRASIL, Antônio Americano do. *Súmula de história de Goiás*, Goiânia: Ed. Unigraf, 1982.

BRAY, Charles. *Dictionary of Glass*, London: Ed. A & C Black, 2001.

BUENO, Lucas de Melo Rei. MACHADO, Juliana Salles. *Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

CARLE, Cláudio Baptista. *Metalurgia nas Missões - uma introdução*, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PUCRS, 1993.

- CARVALHO, Adelmo de (Org.) *Pirenópolis Coletânea 1727 – 2000 História, Turismo e Curiosidades*, Pirenópolis: Ed. Kelps, 2001.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CLARKE, David L. *Spatial Archaeology*, London: Ed. Academic Press, 1977.
- CLEARY, David. *A Garipagem na Amazônia – Uma Abordagem Antropológica*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1992.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*, Rio de Janeiro: Ed. CVRD, 1992.
- Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, Malta, 1992.*  
documento em HTML, disponível em <http://www.arqueoguia.pt>, acesso em 18/09/2002.
- COSTA, Diogo M. *Relatório sobre os artefatos de vidro do sítio RS-JA-12 Morro Santana*, Porto Alegre: Ed. IPHAN/MJFF/SMC, 1999a.
- \_\_\_\_\_ *Relatório sobre objetos de metal do sítio RS-JA-12 Morro Santana*, Porto Alegre: Ed. IPHAN/MJFF/SMC, 1999b.
- \_\_\_\_\_ Limpeza e Conservação de Objetos Metálicos. In: KERN, Arno. HILBERT, Klaus. (Org.) *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre: CD-ROM, 2003.
- \_\_\_\_\_ *Lavras do Abade*, fotos, documentos em JPG, Cor, 2003.
- COSTA, Lena Castello B. F. *Arraial e Coronel, dois estudos de história social*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.
- CURUY, Isabelle. Carta de Lausanne, In: *Cartas Patrimoniais*, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DEETZ, James J. *In Small Things Forgotten, The Archaeology of Early American Life*, New York: Ed. Anchor Books, 1977.

DEL VALLE, Almudena Orejas Saco. *Los Parques Arqueológicos Y El Paisaje Como Patrimonio*, documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em: 16/06/2003.

DUTRA, Soraia Freitas. *Objetos Da Cultura Material Como Mediadores No Desenvolvimento Do Raciocínio Histórico Em Crianças*, documento em HTML, disponível em <http://www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais/GT0602.htm>, acesso em: 03/10/2003.

EMBRAPA, *CD Brasil Visto do Espaço*, fotos, documento em JPG, disponível em <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/>, acesso em 16/07/2003.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis. Memória sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. História da descoberta e descrição das ocorrências desses minerais. Exploração das jazidas e sua técnica. Produção e legislação de minas*, Belo Horizonte: Ed. USP/ Itatiaia, 1978.

FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, Cultura e Turismo*, Ed. Papyrus, Campinas, 2000.

FONSECA, Maria C. L. Da modernização à participação : política federal de preservação nos anos 70 e 80, In *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, N° 24, Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo. *Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

GALLAY, Alain. *L'Archéologie Demain*, Paris: Ed. Belfond, 1986.

GARDIN, Jean-Claude. *Une Archéologie Théorique*, Paris: Ed. Hachette, 1979.

GERMANY, Darcy José. *A mineração no Brasil, Relatório final*, documento em PDF, Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Secretaria Técnica do Fundo Setorial Mineral, 2002.

GIRAUDY, Danièle. BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1990.

HARDESTY, Donald L. *The Archaeology of Mining and Miners: A View From the Silver State*, Society for Historical Archaeology, Michigan: Ed. Society for Historical Archaeology, 1988.

HODDER, Ian. *Interpretación en arqueologia*, Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

\_\_\_\_\_, Ian. *The Archaeological Process*, Londres: Ed. Blackell, 1999.

HÜME, Ivor Noël. *A guide to artifacts of colonial america*, New York: Ed. Knopf, 1991.

JAYME, Jarbas. *Esbôço Histórico de Pirenópolis*, Pirenópolis: Ed. Estado de Goiás, 1971.

\_\_\_\_\_, Jarbas. JAYME, José Sisenando. *Casas de Pirenópolis*, Goiânia: Ed. UCG, 2002.

JORGE, Vitor Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

LAYTON, R. *Who needs the past? Indigenous Values and Archaeology*, London: Ed. Uniwin Hyman, 1989.

LIMA, Tânia A. et alii. Tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro, In: *REVISTA DÉDALO*, V.27, Rio de Janeiro: 1989a.

\_\_\_\_\_, Tânia A. et alii. Aplicação da Fórmula South a sítios históricos do século XIX. In: *REVISTA DÉDALO*, V.27, Rio de Janeiro: 1989b.

LUCENA MARTÍN, Agustín M<sup>a</sup>. *De lo General y lo Particular en Arqueología*, documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em 27/04/2003.

MACGUIRE, Randall H. *Marxist archaeology*, San Diego: Ed. Academmic Press, 1992.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista - 1848*, documento em PDF, disponível em [www.culturabrasil.pro.br](http://www.culturabrasil.pro.br), acesso em 15/10/2003.

MELLO, Paulo J.C. *Arqueologia e Gestão do Patrimônio*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais, In: YÁZIGI, Eduardo. et alli, *Turismo: Espaço, Paisagem e cultura*, São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro, In: A. Bosi (Ed.), *Cultura Brasileira, Temas e Situações*, São Paulo: Ed. Ática, 1987.

MORENO, Paula. Estudio tipológico de bases y picos de botellas de la Imprenta Coni y San Telmo, In: *Historical Archaeology in Latin America*, vol. 1., Columbia: Ed. University of South Carolina, 1994.

MURTA, Stella Maris & ALBANO, Celina. (Org.) *Interpretar o Patrimônio: um exercício do Olhar*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NAJJAR, Rosana. DUARTE, Maria Cristina C. et alii, *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração*. Rio de Janeiro: Polígrafo, 6<sup>a</sup> SP/ Iphan, 2002.

ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. Entrevista revista *TALÓN DE AQUILE*, documento em HTML, disponível em <http://www.uniacc.cl/talon>, acesso em 12/08/2003.

ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte: Ed. Oficina dos Livros, 1992.

\_\_\_\_\_, Charles E. FAGAN, Brian M. *Historical Archaeology*, New York: Ed. HarperCollins, 1995.

PALACÍN, Luís. *O Século do ouro em Goiás*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

\_\_\_\_\_, Luís. MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PHILERMON. *Lavras do Abade*, fotos, papel, P&B, (álbum 40) 1883.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no Silêncio da Noite: Imagens da Mulher Goiana no Século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática, In: *A construção da cidade*, Brasília: IPHAN, 1998.

RUIZ ZAPATERO, G. *Arqueología e Identidad: la construcción de referentes de prestigio en la sociedad contemporánea*, Documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em: 12/08/2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a província de Goiás*. São Paulo: Ed. Edusp, 1975.

SANDES, Noé Freire. Memória, Nação e Região: a Identidade em Questão, In: CHAUL, Nasr Fayad. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. (Org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*, Goiânia: Ed. UCG, 2001.

SANTOS, Mariza V. M. Nasce a Academia SPHAN, In: *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, N ° 24, Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

SANTOS, Reginaldo. *A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 1996.

SENATORE, María Ximena. ZARANKIN, Andrés. Leituras da Sociedade Moderna. Cultura Material, Discursos e Práticas, In: ZARANKIN, Andrés. SENATORE, María Ximena. (Org.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*, Buenos Aires: Ed. Tridente, 2002.

SHAVELZON, Daniel. *Arqueologia Histórica de Buenos Aires. La cultura material portenea de los siglos VIII e XIX*, Buenos Aires: Ed. Corregido, 1991.

\_\_\_\_\_, Daniel. *Catalogo de Ceramicas Historicas de Buenos Aires (siglos XVII – XX)*, Buenos Aires: CD-ROM, 2001.

SYMANSKI, Luis Cláudio. *Relatório Técnico Final. Projeto Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o sítio Solar Lopo Gonçalves*, Porto Alegre: Ed. IPHAN/MJJF/SMC, 1998.

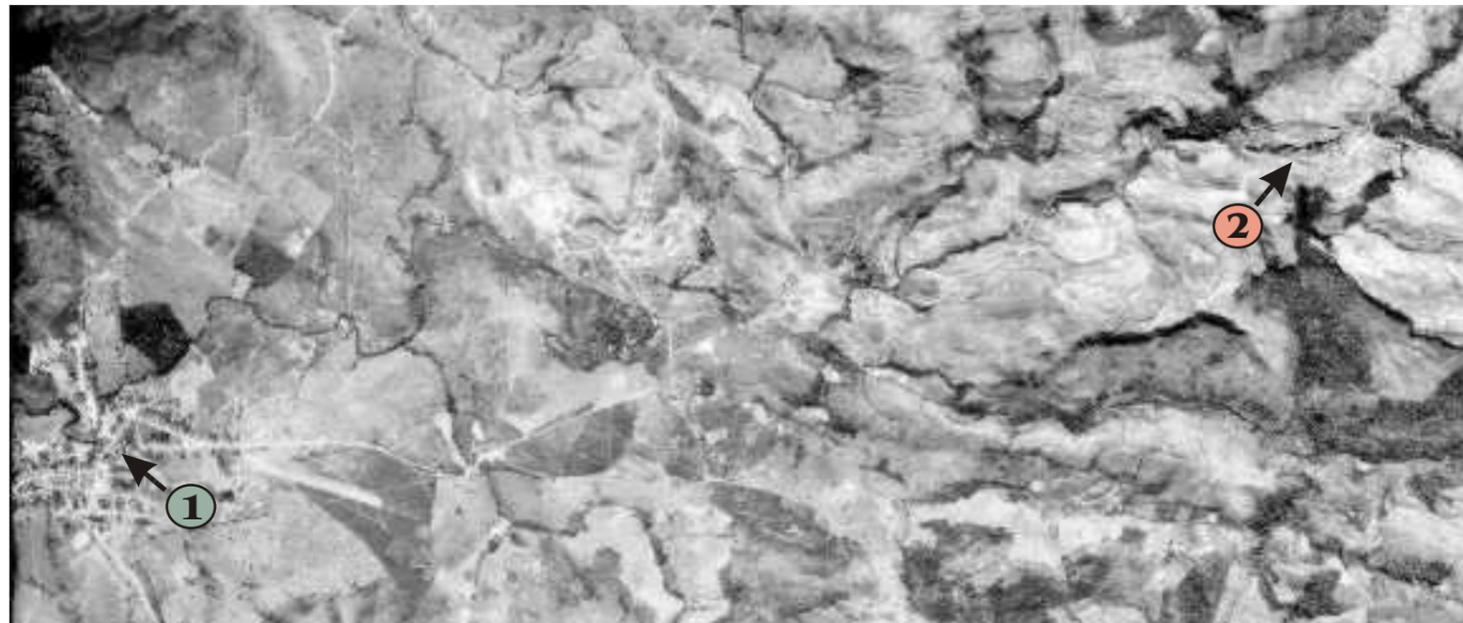
TOCCHETTO, Fernanda B. et alii. *A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*, Porto Alegre: Ed. UE/PMPA/SMC, 2001.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. UnB, 1996.

WORTHY, Linda H. *Classification and interpretation of late nineteenth And early twenty-century ceramics*, New York: Ed. Academic Press, 1982.

ZANETTINI, Paulo E. *Pequeno roteiro para a classificação de Louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos*, Curitiba: Ed. Arqueologia, N.5, 1986.

ZARANKIN, Andrés. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O Caso de Buenos Aires*, Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.



Legenda

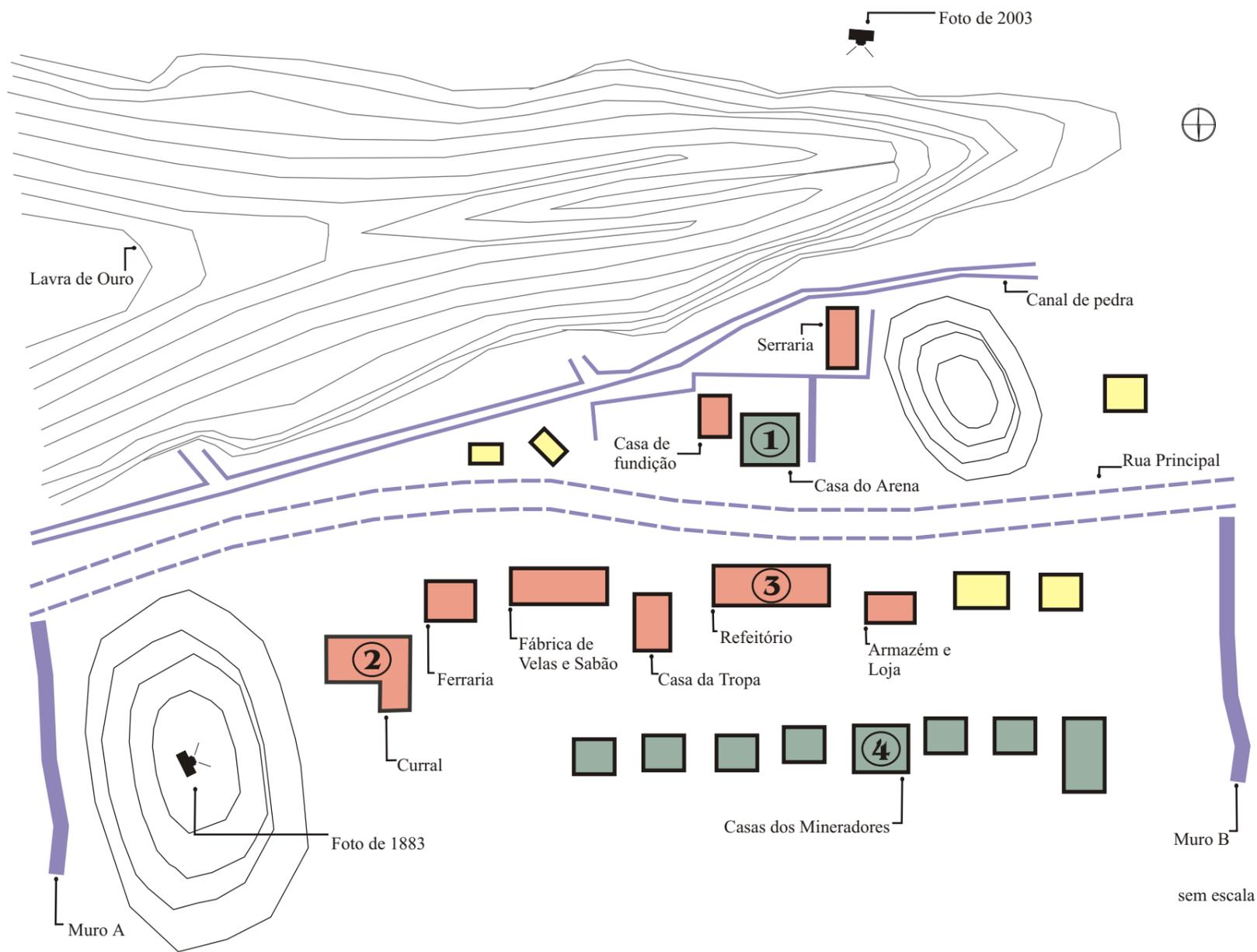
- 1** Pirenópolis
- 2** Lavras do Abade
- 3** Corumbá de Goiás

Imagens de satélite e aerofotometria georeferenciadas sem escala.

fonte: EMBRAPA - CD Brasil visto do Espaço, 1999 e particulares.

Figura 01

# Planta do sítio Arqueológico Histórico



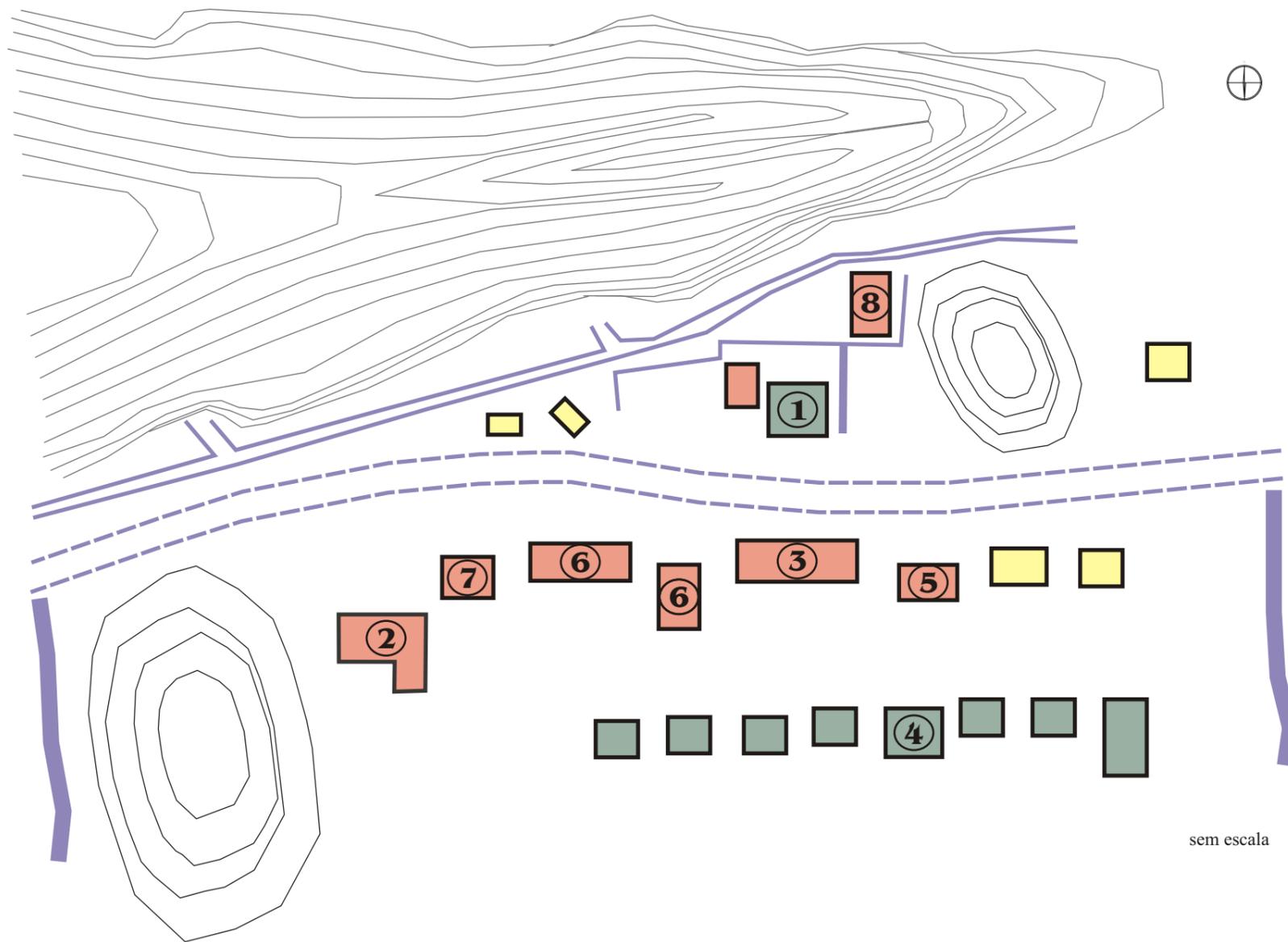
Lavras do Abade em 1883

Lavras do Abade em 2003



## Legenda

- Estruturas Residenciais
- Estruturas de Trabalho
- Estruturas de Apoio
- Estruturas não Identificadas



sem escala



1 - Casa do Arena



2 - Curral e Matadouro



3 - Refeitório e Cozinha



4 - Casas dos Mineiros



8- Serraria



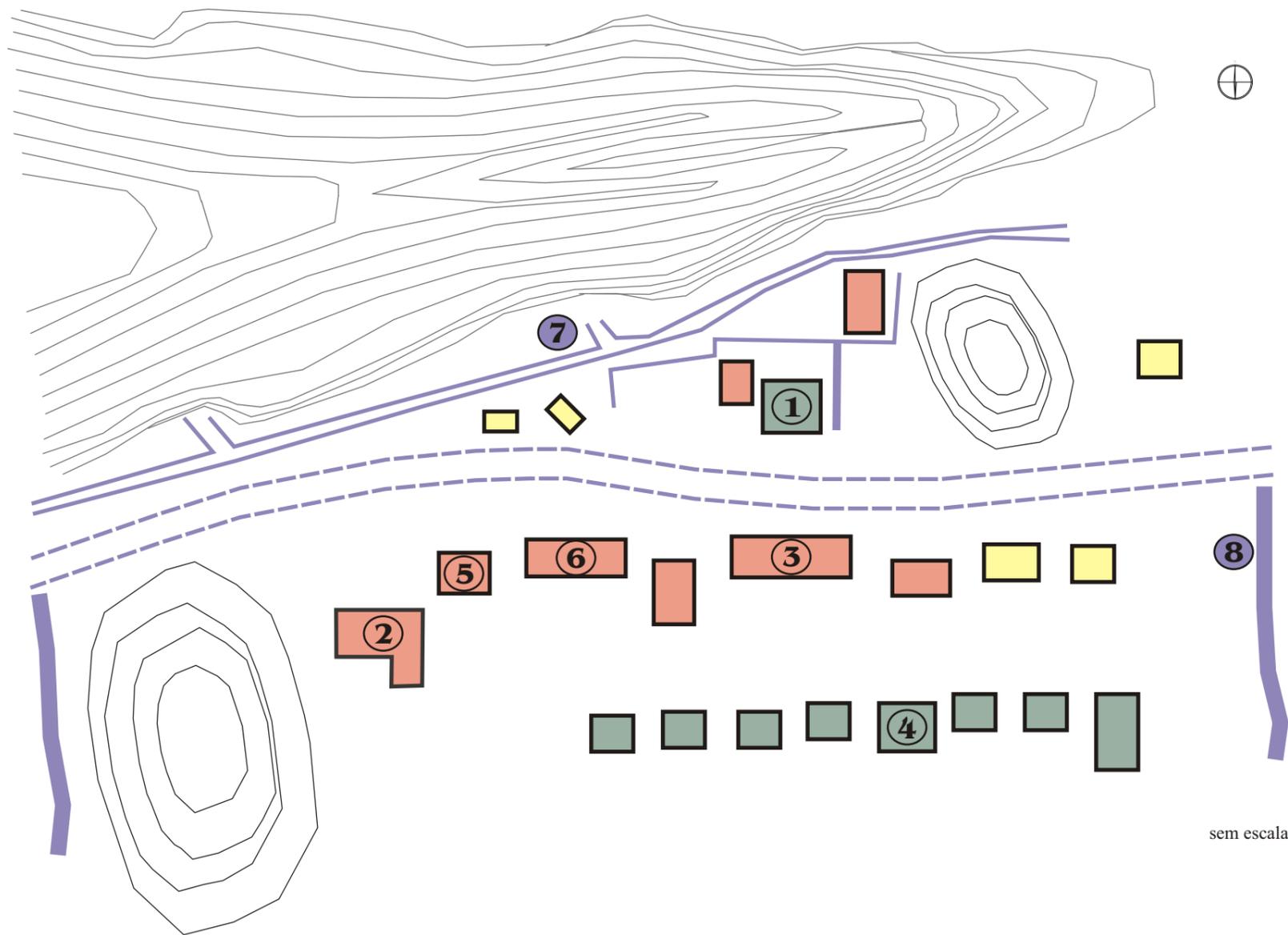
7 - Ferraria



6 - Casa da Tropa e Fábrica



5 - Armazém e Loja



1 - Casa do Arena



2 - Curral e Matadouro



3 - Refeitório e Cozinha



4 - Casa dos Mineiros



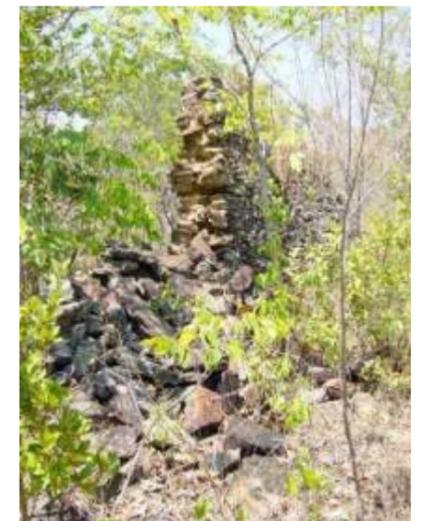
8- Muro B



7 - Canal de Pedra



6 - Fábrica



5 - Ferraria



**Área da mineração**



**Detalhe construtivo**



**Depredação das estruturas**



**Material em superfície**



**Pilares do rego**



**Desmonte Hidráulico**



**Bicame de madeira**



**Alfredo Arena**